

10 perguntas e respostas sobre a PEC 241

Posted on 13/10/2016 // [14 Comments](#)

Por Laura Carvalho.

Organizei 10 perguntas e respostas sobre a PEC 241, com base na minha apresentação de terça-feira, dia 11 de outubro de 2016, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Espero que ajude aqueles que estão sendo convencidos pelo senso comum. Lembrem-se: o orçamento público é muito diferente do orçamento doméstico.

1. A PEC serve para estabilizar a dívida pública?

Não. A crise fiscal brasileira é sobretudo uma crise de arrecadação. As despesas primárias, que estão sujeitas ao teto, cresceram menos no governo Dilma do que nos dois governos Lula e no segundo mandato de FHC. O problema é que as receitas também cresceram muito menos — 2,2% no primeiro mandato de Dilma, 6,5% no segundo mandato de FHC, já descontada a inflação. No ano passado, as despesas caíram mais de 2% em termos reais, mas a arrecadação caiu 6%. Esse ano, a previsão é que as despesas subam 2% e a arrecadação caia mais 4,8%.

A falta de receitas é explicada pela própria crise econômica e as desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso. Um teto que congele as despesas por 20 anos nega essa origem pois não garante receitas, e serve para afastar alternativas que estavam na mesa no ano passado, como o fim da isenção de 1995 sobre tributação de dividendos, o fim das desonerações e o combate à sonegação. A PEC garante apenas que a discussão seja somente sobre as despesas.

A PEC também desvia o foco do debate sobre a origem da nossa alta taxa de juros — que explica uma parte muito maior do crescimento da dívida, já que refere-se apenas às despesas primárias federais. Uma elevação da taxa de juros pelo Banco Central tem efeito direto sobre o pagamento de juros sobre os títulos indexados à própria taxa SELIC, por exemplo — uma jabuticaba brasileira.

A PEC é frouxa no curto prazo, pois reajusta o valor das despesas pela inflação do ano anterior. Com a inflação em queda, pode haver crescimento real das despesas por alguns anos (não é o governo Temer que terá de fazer o ajuste). No longo prazo, quando a arrecadação e o PIB voltarem a crescer, a PEC passa a ser rígida demais e desnecessária para controlar a dívida.

2. A PEC é necessária no combate à inflação?

Também não. De acordo com o Banco Central, mais de 40% da inflação do ano passado foi causada pelo reajuste brusco dos preços administrados que estavam represados (combustíveis, energia elétrica...). Hoje, a inflação já está em queda e converge para a meta. Ainda mais com o desemprego aumentando e a indústria com cada vez mais capacidade ociosa, como apontam as atas do BC.

3. A PEC garante a retomada da confiança e do crescimento?

O que estamos vendo é que o corte de despesas de 2015 não gerou uma retomada. As empresas estão endividadas, têm capacidade ociosa crescente e não conseguem vender nem o que são capazes de produzir. Os indicadores de confiança da indústria, que aumentaram após o impeachment, não se converteram em melhora real. Os últimos dados de produção industrial apontam queda em mais de 20 setores. A massa de desempregados não contribui em nada para uma retomada do consumo. Que empresa irá investir nesse cenário?

Uma PEC que levará a uma estagnação ou queda dos investimentos públicos em infraestrutura física e social durante 20 anos em nada contribui para reverter esse quadro, podendo até agravá-lo.

4. A PEC garante maior eficiência na gestão do dinheiro público?

Para melhorar a eficiência é necessário vontade e capacidade. Não se define isso por uma lei que limite os gastos. A PEC apenas perpetua os conflitos atuais sobre um total de despesas já reduzido. Tais conflitos costumam ser vencidos pelos que têm maior poder econômico e político. Alguns setores podem conquistar reajustes acima da inflação, e outros pagarão o preço.

5. A PEC preserva gastos com saúde e educação?

Não, estas áreas tinham um mínimo de despesas dado como um percentual da arrecadação de impostos. Quando a arrecadação crescia, o mínimo crescia. Esse mínimo passa a ser reajustado apenas pela inflação do ano anterior. Claro que como o teto é para o total de despesas de cada Poder, o governo poderia potencialmente gastar acima do mínimo. No entanto, os benefícios previdenciários, por exemplo, continuarão crescendo acima da inflação por muitos anos, mesmo se aprovarem outra reforma da Previdência (mudanças demoram a ter impacto). Isso significa que o conjunto das outras despesas ficará cada vez mais comprimido.

O governo não terá espaço para gastar mais que o mínimo em saúde e educação (como faz hoje, aliás). Gastos congelados significam queda vertiginosa das despesas federais com educação por aluno e saúde por idoso, por exemplo, pois a população cresce.

Outras despesas importantes para o desenvolvimento, que sequer têm mínimo definido, podem cair em termos reais: cultura, ciência e tecnologia, assistência social, investimentos em infraestrutura, etc. Mesmo se o país crescer...

6. Essa regra obteve sucesso em outros países?

Nenhum país aplica uma regra assim, não por 20 anos. Alguns países têm regra para crescimento de despesas. Em geral, são estipuladas para alguns anos e a partir do crescimento do PIB, e combinadas a outros indicadores. Além disso, nenhum país tem uma regra para gastos em sua Constituição.

7. Essa regra aumenta a transparência?

Um Staff Note do FMI de 2012 mostra que países com regras fiscais muito rígidas tendem a sofrer com manobras fiscais de seus governantes. Gastos realizados por fora da regra pelo uso de contabilidade criativa podem acabar ocorrendo com mais frequência.

O país já tem instrumentos de fiscalização, controle e planejamento do orçamento, além de metas fiscais anuais. Não basta baixar uma lei sobre teto de despesas, é preciso que haja o desejo por parte dos governos de fortalecer esses mecanismos e o realismo/transparência da política fiscal.

8. A regra protege os mais pobres?

Não mesmo! Não só comprime despesas essenciais e diminui a provisão de serviços públicos, como inclui sanções em caso de descumprimento que seriam pagas por todos os assalariados. Se o governo gastar mais que o teto, fica impedido de elevar suas despesas obrigatórias além da inflação. Como boa parte das despesas obrigatórias é indexada ao salário mínimo, a regra atropelaria a lei de reajuste do salário mínimo impedindo sua valorização real — mesmo se a economia estiver crescendo.

O sistema político tende a privilegiar os que mais têm poder. Reajusta salários de magistrados no meio da recessão, mas corta programas sociais e investimentos. Se nem quando a economia crescer, há algum alívio nessa disputa (pois o bolo continua igual), é difícil imaginar que os mais vulneráveis fiquem com a fatia maior.

9. A PEC retira o orçamento da mão de políticos corruptos?

Não. Apesar de limitar o tamanho, são eles que vão definir as prioridades no orçamento. O Congresso pode continuar realizando emendas parlamentares clientelistas. No entanto, o Ministério da Fazenda e do Planejamento perdem a capacidade de determinar quando é possível ampliar investimentos e gastos como forma de combate à crise, por exemplo. Imagina se a PEC 241 valesse durante a crise de 2008 e 2009?

10. É a única alternativa?

Não. Há muitas outras, que passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.

PEC 241 pode prolongar a crise

Por Laura Carvalho, publicado originalmente na Folha de S.Paulo em 13/10/2016.

De acordo com o ministro da Fazenda Henrique Meirelles, se a PEC “do teto de gastos” não for aprovada, o Brasil teria de enfrentar alternativas “muito mais sérias e muito piores para o país”, como a alta de impostos. De fato, como já vem ocorrendo desde 2015, o que a regra garante por meio de uma alteração na Constituição é que, independente de quanto se arrecadar, o debate econômico e o conflito distributivo sobre o orçamento público fique restrito por 20 anos a uma disputa sobre um total já reduzido de despesas primárias, onde os que detêm maior poder econômico e político saem vencedores.

Os dados apresentados no Texto para Discussão n. 2132 do IPEA mostram que a deterioração fiscal verificada no Brasil nos últimos anos em nada tem a ver com um crescimento mais acelerado das despesas primárias federais. Tais despesas — que seriam limitadas pela PEC a crescer apenas com a inflação do ano anterior— expandiram-se menos entre 2011 e 2014 do que nos governos anteriores. Em 2015, caíram mais de 2% em termos reais.

O problema é que as receitas também cresceram menos durante o primeiro mandato de Dilma — 2,2% contra 6,5% no segundo mandato de FHC, por exemplo. Além das desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso, a própria crise econômica explica o fenômeno. A contração na arrecadação chegou a 6% em 2015 e, segundo as previsões, será de 4,8% em 2016.

O pagamento de juros, por sua vez, é responsável pela maior parte do aumento recente da dívida pública. Embora o argumento comumente propagado seja de que tais despesas apenas refletem um equilíbrio de mercado, o fato é que as sucessivas elevações da taxa básica em 2015 pelo Banco Central encareceu —no mínimo— a alta parcela dos juros paga sobre os títulos indexados à própria taxa Selic.

Note-se que o aumento da taxa em nada ajudou a frear uma aceleração da inflação causada, essencialmente, pelo reajuste brusco dos preços administrados que vinham sendo represados. E, mesmo com o processo atual de convergência da inflação para a meta, o Banco Central continua elevando a taxa de juros em termos reais.

Nesse contexto, a PEC não só não é a panaceia anunciada no que tange à estabilização da dívida pública —ou ao controle de uma inflação já em queda— como pode até mesmo prejudicar sua dinâmica ao tirar da mesa de discussão os três itens que mais explicam o quadro de deterioração

fiscal atual: a falta de crescimento econômico, a queda de arrecadação tributária e o pagamento de juros.

Pior. Com o crescimento inevitável dos benefícios previdenciários por muitos anos, que ocorrerá mesmo no caso de aprovação de outra reforma, outras áreas terão seu peso cada vez mais comprimido. Ao contrário dos magistrados, que parecem ter força suficiente para conquistar reajustes em meio a conflitos acirrados, despesas com educação por aluno, saúde por idoso, ciência e tecnologia, cultura, assistência social e investimentos públicos sofrerão queda vertiginosa.

Já a reforma tributária, o fim das desonerações fiscais, o combate à sonegação de impostos e a abertura de espaço fiscal para a realização de investimentos em infraestrutura não parecem fazer parte dos planos de Meirelles. Frouxa no curto prazo, a PEC 241 não é um plano de ajuste e, muito menos, uma agenda de crescimento. Trata-se de um projeto de longo prazo de desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro.

O dossiê especial de intervenção “Não à PEC 241”, do Blog da Boitempo reúne artigos, entrevistas, análises e vídeos que destrincham de perspectivas diversas o contexto, o processo, a agenda e os efeitos da PEC 241. Lá você encontrará reflexões de Laura Carvalho, Ruy Braga, Flávia Biroli, Guilherme Boulos, Luis Felipe Miguel, Vladimir Safatle, Silvio Luiz de Almeida, João Sicsú, Adalberto Moreira Cardoso, Rosane Borges, Mauro Iasi, Giovanni Alves, Jorge Luiz Souto Maior, Maurílio Lima Botelho, Antonio Martins, Renato Janine Ribeiro, Jessé Souza, entre outros, além de uma agenda das manifestações de rua contra a Proposta de Emenda à Constituição 241.

Laura Carvalho é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC). Escreve na *Folha de S.Paulo* às quintas-feiras.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/13/10-perguntas-e-respostas-sobre-a-pec-241/>

PEC 241: A ofensiva do capital

A resistência à PEC depende de difundir informação e de politizar a discussão. Há um enorme atraso no debate, que precisa ser vencido. É necessário desconstruir uma quantidade de percepções que vêm sendo marteladas há décadas e que impedem uma abordagem adequada das questões tocadas pela PEC 241.

Posted on 14/10/2016 // 8 Comments

Por Luis Felipe Miguel.

Uma crítica comum aos governos do Partido dos Trabalhadores, feita por setores à esquerda, é que eles teriam apostado na conciliação de classes. Os trabalhadores e os mais pobres teriam vantagens, mas sem que fosse colocada em risco a remuneração do capital e a reprodução do sistema. Combate à miséria extrema, um tanto de segurança social, um tiquinho de redistribuição, ampliação do padrão de consumo – esses eram os ganhos. Em troca, os lucros dos bancos e das grandes empresas

permaneciam intocados e o PT, na posição de organização líder da esquerda brasileira, abandonava qualquer projeto de enfrentamento mais radical da ordem capitalista.

O golpe de maio/agosto de 2016 mostrou que esse projeto de conciliação foi rompido unilateralmente pela burguesia. Entre as muitas medidas que revelam o programa que o governo ilegítimo de Michel Temer deseja implantar, a PEC 241 é a mais cristalina. A PEC é a tentativa de engessar as políticas do Estado brasileiro por vinte anos, isto é, por cinco mandatos presidenciais – feita por um presidente que não conquistou nenhum mandato.

Há muito o que discutir na PEC, mas o principal talvez seja a falta de discussão. É uma proposta com enorme impacto na vida do país, mas foi simplesmente tirada de uma gaveta: não houve debate com a sociedade e não há debate no Congresso, em que a os parlamentares da situação, instruídos pelo governo Temer, estão apenas cumprindo o ritual, da maneira mais acelerada possível.

O que existe, isso sim, é uma enorme campanha de desinformação, com o objetivo exatamente de impedir a reflexão sobre a emenda constitucional. Participam da campanha o governo, os diversos grupos à direita que o apoiam e, com destaque, os meios de comunicação empresarial, por meio de editoriais, da maior parte das colunas de opinião e, em especial, da cobertura jornalística seletiva.

Para as franjas mais destituídas de instrumental crítico, difundem-se – por meios informais – noções fantasiosas, como a de que o objetivo da PEC é impedir que os políticos aumentem seus próprios salários. Sempre é possível também usar a carta do anticomunismo, o que o governo faz com sua ambígua campanha publicitária sobre “tirar o país do vermelho”. A PEC é expressamente apresentada como uma arma contra o comunismo em textos inacreditáveis divulgados por movimentos de extrema-direita, como o MBL.

Para os setores um pouco mais informados, a estratégia é outra e se desdobra em duas faces. Por um lado, a PEC é apresentada como um imperativo técnico para “equilibrar” as contas públicas. É o argumento preferido da imprensa. Por outro, há um esforço significativo para escamotear os efeitos da PEC no financiamento de serviços públicos como educação e saúde. O discurso oficial é que não haverá perda, apenas “racionalização”. Com a truculência que se tornou marca do novo governo, **funcionários públicos que ousam mostrar dados diversos são afastados**. No entanto, todos os economistas sérios, independentemente de posição política, têm apontado que a PEC gerará uma imensa crise no financiamento da saúde e da educação, além do achatamento do poder de compra do salário mínimo.

Há um projeto por trás disso, que no entanto não é trazido para o debate. Quando, **num vídeo que ficou famoso nos últimos dias**, o deputado Nelson Marquezelli se exaltou e soltou a frase “quem não tem dinheiro não faz universidade”, ele indicou a visão de que não cabe ao Estado fornecer nenhum tipo de serviço, de que cada um deve comprá-los no mercado de acordo com os recursos de que dispõe. É o “Estado mínimo”, que grupos da direita tanto exaltam.

Trata-se do programa do liberalismo extremado, assumido pelos grupos mais intelectualizados da direita, aqueles que carregam cartazes pedindo “**mais Mises**”, filiam-se ao novo partido do Itaú ou frequentam os cursinhos patrocinados pela Atlas Foundation. Esse seria o momento para eles travarem o debate em favor de sua visão de mundo. No entanto, preferem se esconder por trás do muro de desinformação. Eles sabem que – em qualquer lugar, mas sobretudo num país como o Brasil – a tese do Estado mínimo chega a ser obscena.

A contraface desse programa é o familismo, não por acaso também um dos pilares do governo golpista (como mostrou o já tristemente famoso discurso de Marcela Temer). Quanto mais o Estado deixa de oferecer suporte, mais é responsabilidade das famílias garantir proteção, segurança e condições de desenvolvimento para seus integrantes. Daí para a denúncia da dissolução da família tradicional como culpada pela crise social, como no discurso da direita estadunidense, é um passo.

Além do Estado mínimo, que se retira do fornecimento de serviços públicos, a PEC aponta para um regime tributário cada vez mais regressivo. Já temos, no Brasil, um sistema de taxaço que penaliza o trabalho e o consumo e beneficia os ganhos de capital. Ao congelar o investimento social, mas reafirmar o caráter sacrossanto da dívida pública, a PEC projeta um país em que todos pagam impostos, com pouquíssimo retorno em serviços públicos, para que alguns poucos ganhem com o rentismo. É uma política tributária que leva à concentração da renda e da riqueza.

A resistência à PEC depende de difundir informação e de politizar a discussão. Há um enorme atraso no debate, que precisa ser vencido. Isto é, é necessário desconstruir uma quantidade de percepções que vêm sendo marteladas há décadas e que impedem uma abordagem adequada das questões tocadas pela PEC 241.

É necessário desvelar e denunciar a lógica do financiamento do Estado brasileiro, uma das mais atrasadas do mundo. É necessário deixar claro que estamos longe de uma questão técnica, mas sim diante da decisão sobre a quem o Estado irá servir. É necessário desmontar a ideia de que se paga imposto demais no Brasil. É necessário indicar a cumplicidade histórica do Estado brasileiro com a sonegação. É necessário mostrar que há uma disputa e que, de acordo com a PEC, os pobres e os trabalhadores perdem para que os ricos ganhem. É necessário esclarecer o que é o orçamento da União e onde o dinheiro é gasto, revelando a parte que cabe à remuneração da dívida pública, isto é, à renda dos especuladores. É necessário desfazer o símile fácil e enganoso que iguala orçamento público e orçamento doméstico, para criticar os “gastões”. É necessário desconstruir o discurso que exalta a responsabilidade fiscal às custas da irresponsabilidade social.

A derrota da PEC exige mobilização e esclarecimento. Sua vitória representará o triunfo do programa regressivo e antipopular do golpe, com um legado de atraso que, mesmo depois dos vinte anos malditos, o país demorará décadas para recuperar.

Luis Felipe Miguel é professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê, que mantém o Blog do Demodê, onde escreve regularmente. Autor, entre outros, de *Democracia e representação: territórios em disputa* (Editora Unesp, 2014), e, junto com Flávia Biroli, de *Feminismo e política: uma introdução* (Boitempo, 2014). Ambos colaboram com o **Blog da Boitempo** mensalmente às sextas.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/14/a-ofensiva-do-capital/>

A PEC 241 e o Estado

Posted on 17/10/2016 // 10 Comments

Por Mauro Luis Iasi.

A PEC 241, conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, consiste numa radical medida de contenção dos gastos públicos por vinte anos. Seus defensores alegam que, apesar de um remédio amargo, seria a única saída para equilibrar as contas públicas e propiciar a mítica volta do crescimento econômico, criando um “ambiente favorável” aos investimentos privados e daí a retomada do emprego.

Os pressupostos deste tratamento de choque são amplamente conhecidos e bastante desgastados. Isto é, trata-se de nos fazer crer, mais uma vez, que o desequilíbrio das

contas públicas se dá devido a uma espécie de “irresponsabilidade” nos gastos em comparação com a arrecadação, gerando déficits que acabam por acarretar em alta de juros, inflação, desestímulo a atividade econômica e, conseqüentemente, desemprego.

Este fundamento carece de uma comprovação mais cuidadosa por alguns motivos. Considerando um determinado período de nossa história econômica, mais ou menos de 2004 para cá, a arrecadação de impostos tem se mantido estável, entre 33 e 34% do PIB, segundo levantamento realizado pela Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo ilegítimamente deposto (“[Evolução Recente da Carga Tributária Federal](#)”, de novembro de 2015). Os gastos públicos, segundo o Ministério da Fazenda, subiram de 16,7% para 19,6% do PIB. O superávit primário do setor público tem sido igualmente estável, de forma que no governo FHC ficou em 2,3% do PIB, nos governos Lula subiu para 3,7% e no governo Dilma, até ser interrompido, estava em 2,3%.

Todos nós sabemos qual foi o preço de se manter esta política de superávits primários e quem pagou este custo, gerenciado servil e brutalmente segundo as normas da Lei de responsabilidade Fiscal, a reforma da Previdência as políticas privatizantes, a contenção nos gastos sociais. Então a primeira dúvida que nos assalta é: se cortar era o remédio... o que aconteceu?

Mas, não parece estar aí a raiz do problema. Um dado destoava deste tão apregoado equilíbrio: a dívida. O estoque da dívida em 2005 estava em R\$ 1,15 trilhão, passou para R\$ 2,79 trilhões em 2015 e estimava-se que chegaria a R\$ 3,3 trilhões em 2016. As despesas com juros da dívida saltaram de R\$ 132,1 bilhões para R\$ 367,6 bilhões em 2015.

Segundo Maria Lucia Fattorelli, da [Auditoria Cidadã da Dívida](#), estes números são ainda mais alarmantes, de forma que em 2014 os gastos com a dívida pública teriam alcançado a casa dos R\$ 978 bilhões o que corresponde a 45% do Orçamento Federal. A mesma autora revela que este gasto com a dívida representa 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes os gastos com saúde e mais do que o dobro do gasto com a Previdência Social.

O que nós já sabemos há muito tempo, e que muitos têm denunciado, é que a chamada Lei de responsabilidade Fiscal e a política de superávits primários são claramente formas de arrochar os gastos sociais em benefício do capital financeiro. Equilíbrio, neste sentido, significa “gastar menos” para que não se comprometa a capacidade do Estado pagar e continuar pagando os juros da dívida interna e externa.

Esse diagnóstico remonta aos anos oitenta e à perversidade de localizar no Estado a fonte do desequilíbrio que deveria ser sanado, mas suas raízes são anteriores. O modelo de desenvolvimento implantado por Juscelino Kubitschek nos anos cinquenta é o ponto de partida de tudo isso, vejamos.

Como sabemos, Juscelino implantou um modelo fundado na abertura da economia brasileira às multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis, utilizando-se para isso toda uma infraestrutura (siderúrgicas, setor elétrico, petroleiro, portos, estradas, aeroportos, etc.) de base estatal criada no período anterior em que se aproveitou a conjuntura advinda da segunda Guerra Mundial. O Estado não apenas assumia o custo desta infraestrutura como desmontava seu incipiente Departamento I, isto é, a indústria de máquinas e bens de capital, em nome de uma industrialização rápida, gerando uma despesa inevitável com a importação de tecnologia e pagamento de *royalties*.

A fórmula encontrada para evitar o previsível desequilíbrio foi o incentivo à exportação fundada na estrutura agrária tradicional e na mineração, o que leva ao crescimento da

concentração da propriedade no campo e a constante expulsão dos camponeses. Este elemento acaba sendo extremamente funcional uma vez que produz uma superpopulação relativa que rebaixa os salários e funciona como atrativo fundamental para os investimentos estrangeiros no setor industrial. Ao mesmo tempo cria o enorme problema urbano com o inchaço das grandes cidades com todos os problemas que daí derivam (isso faz com que vocês lembrem de alguma coisa?).

Ocorre que os custos de manutenção deste modelo recaem fundamentalmente sobre o Estado, seja na manutenção da infraestrutura, nos subsídios às empresas transnacionais, nos custos com a administração de serviços para a nova realidade urbana que se impunha, desde saúde e educação até em segurança, saneamento, moradia, assistência social, previdência, etc. A forma encontrada para contornar este problema (na época considerado passageiro uma vez que o crescimento da economia certamente regularia tudo mais à frente) foram os empréstimos do, então recém criado, Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por um lado, o dinheiro vindo dos empréstimos equilibravam as contas, mas por outro geravam uma nova despesa com o pagamento dos juros e serviço da dívida que iam se avolumando. Já ao final no governo Juscelino em 1960/1961 temos uma crise com características muito interessantes: a explosão da dívida, inflação, enormes problemas urbanos, uma brutal concentração fundiária, retração a atividade econômica, desemprego, etc.

O governo João Goulart e seu ministro Celso Furtado fazem um diagnóstico pautado politicamente por um reformismo bastante moderado (que André Singer denomina de “reformismo forte”), mas correto naquilo que constatava, isto é, que os recursos estavam escapando por vias previsíveis: as remessas de lucro para o exterior, a dependência em relação à tecnologia estrangeira, a dependência em relação a exportação de produtos primários que reforçava a estrutura agrária tradicional e levava à crescente expropriação no campo e o inchaço nas cidades. Para enfrentar tal quadro, propõe as famosas reformas de base: reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma universitária, lei que proibia a remessa de lucros, etc.

Nada que um golpe não resolva. Em 1964, o imperialismo, aliado à burguesia brasileira e aos latifundiários, impedem as reformas e impõem a ditadura. A autocracia burguesa imediatamente suspende a lei de remessa de lucros e retoma o mesmo modelo que só se mantém pelo massivo endividamento externo e pesados investimentos de capitais do imperialismo.

Ora, o modelo mantido segue gerando seus conhecidos problemas: cresce a dependência tecnológica e cultural, cresce a dependência financeira, cresce a concentração de terras, as cidades vivem exponencialmente seu caos de reprodução de miséria e violência. Mas o governo do capital não podia apenas responder coercitivamente, é também através de uma série de medidas, cuja base de sustentação é o crescimento da economia nas bases em que foram definidas pela aliança com o imperialismo, que a autocracia burguesa se mantém. Nesta direção encontramos o acordo MEC/Usaid, a criação da rede Globo de Televisão assim como o apoio à grande mídia corporativa, além do estabelecimento de uma educação superior pública, de um sistema assistencial e previdenciário entre outras medidas.

Como sempre, o custo de manutenção do modelo, desde os enormes subsídios, o custo de manutenção da infraestrutura estatal, a importação de bens de capital, os custos com a gestão da força de trabalho e da superpopulação relativa e tudo que daí deriva, seria possível pela lógica perpetuada do endividamento. As classes e segmentos de classes aliadas no bloco dominante lucraram muito com este modelo, desde, evidentemente, o imperialismo, o grande capital monopolista investido na indústria, os grandes proprietários de terra, os bancos, o grande comércio exportador e importador, até segmentos de uma

burguesia brasileira que aprendeu a se conformar com sua função subsidiária ao desenvolvimento voltado para os interesses monopolistas.

O resultado previsível desta farra foi a quebra do Estado, seja pelo esgotamento do ciclo de crescimento econômico em meados dos anos 1970, seja pelo estouro da dívida e dos elevados custos de manutenção de um modelo econômico falido. É neste momento que aparece o perverso diagnóstico que isenta os verdadeiros responsáveis e culpabiliza o próprio Estado que serviu de instrumento aos seus interesses. O problema seria que o Estado gasta mais do que arrecada, o Estado gasta mal, é perdulário e ineficiente, falta-lhe a capacidade de gestão e controle. Estavam dadas as premissas para o diagnóstico e a terapêutica neoliberal que seria imposta nos anos 1980. Cortes de gastos, privatizações, reforma do Estado... e tudo voltaria a crescer e a vida seria muito melhor.

Não foi. A receita neoliberal arrasou economias com a força de uma praga. No entanto, o que parece apenas uma pura e simples manipulação, na verdade um engodo nem tão sofisticado assim, é muito mais que isso. A alternância de remédios milagrosos e catástrofes previsíveis, escondem que as mudanças operadas funcionam de fato de forma muito eficiente para aquilo que se propõe e para os interesses que representam.

A forma atual da acumulação capitalista mundial tem de responder alguns problemas incontornáveis. Toda produção capitalista altamente desenvolvida desemboca na queda tendencial das taxas de lucro, na concentração e centralização da produção monopolista, na necessidade de exportação de capitais e conseqüente partilha e repartilha das áreas de influência pela Globo. Estes elementos que já estavam presentes no início desta fase que Lenin tão bem definiu como imperialismo, assumem agora uma forma particular que destaca um dos elementos estudados pelo revolucionário russo: o parasitismo.

O capital precisa se reproduzir em escala ampliada com taxas de lucro aceitáveis, mas encontra barreiras no interior de seu próprio processo de valorização. O Estado passa a ocupar um papel fundamental na administração das contratendências à queda da taxa de lucro, mas muito mais que isso que já havia sido constatado por Marx na segunda metade do século XIX. O Estado não é apenas o sujeito fundamental na administração das medidas que visam reduzir a queda na taxa de lucro (aumento do nível da exploração dos trabalhadores, redução dos salários, aumento da superpopulação relativa, barateamento dos elementos do capital constante, abertura de mercados, autonomização da esfera bancária), mas algumas delas, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista na fase monopolista/imperialista assumiram novas e mais complexas formas.

É o que ocorre com o capital portador de juros. Marx imaginava esta forma de uma maneira particular, diante do sistema bancário de sua época e da prática da emissão de títulos que formam a base da dívida pública. A dimensão do capital na fase atual faz com que a autonomização da esfera bancária (agora já em unidade com o capital industrial) tornasse um dos instrumentos essencial à reprodução do capital, sem que tenha superado aquilo que Marx corretamente identificava como seu caráter "fictício". O capital fictício pode ser descrito com os mesmos termos que Marx e Engels um dia utilizaram para falar da ideologia, isto é, pode representar realmente algo, sem que representem algo de real.

No momento da crise de superacumulação, parte do capital que não encontra taxas de lucros aceitáveis no âmbito da produção direta de mais valor, migra para a esfera bancária na busca de taxas de juros atrativas. A variação a mais de valor monetário remunerado pelos juros bancários ou do comércio de títulos públicos da dívida no chamado mercado financeiro não representa "realmente algo" se isolarmos o fato da produção real do valor, mas podem nas mãos dos agentes financeiros ou do Estado se tornarem crédito, migrar para a produção e retornar ao processo de valorização. No momento em que navegam no interior da bolha especulativa, estes valores se encontram numa espécie de limbo, podendo tanto de reproduzir artificialmente independente da real alteração na produção de valor (seu caráter fictício) ou servir de crédito ou parte do fundo público.

Aqui ocorre algo que me parece central. Como parte do fundo público o recurso que veio da taxaço dos negócios do capital ou da venda de títulos do estado, é uma grandeza de valor que não serve ao capital. Caso seja utilizado em serviços públicos (saúde, educação, assistência, etc.) ele sai do circuito da valorização (seja real ou fictícia). Ocorre que o que vimos no último período é que o capital encontrou formas de capturar boa parte do fundo público salvando-o do abismo que o levava para longe do processo de valorização. São várias as formas, desde o retorno direto como crédito aos capitalistas, como subsídios (que atual diretamente na contra tendência apontada no sentido de baratear os elementos do capital constante), como pagamento de juros que remuneram os portadores de títulos públicos e alimenta a especulação financeira, como remuneração de atividades e serviços terceirizados e mercantilizados através de parcerias públicos/privadas.

É uma tarefa impossível separar, neste estágio de desenvolvimento do capitalismo, a parte que corresponde diretamente ao investimento produtivo direto e o volume do capital que navega nas brumas do capital portador de juros; tudo é capital em diferentes momentos de seu ciclo de valorização.

Bom, nossa hipótese é que o momento do capital na sua forma financeira, portanto, no auge do que se identificou como parasitismo, assume hoje uma função de equilíbrio da acumulação de capitais operada pelo Estado, sem o qual o processo de valorização se interrompe de forma catastrófica. Mesmo a produção direta de valor, esfera da qual em última instancia vem toda a produção real de novo valor, acaba ficando dependente da boa saúde do momento financeiro.

Ora, quando vemos os termos da PEC e seu radical arrocho sobre as contas públicas, os cortes na saúde, na educação, na assistência e previdências sociais, nas diversas formas de políticas sociais, fica mais do que evidente que se trata de manter a capacidade do Estado em cumprir sua função essencial no período em que estamos, qual seja, manter a capacidade de produzir superávits que serão sugados pelos mecanismos do endividamento público. Soma-se a isso o fato que são poupados da sanha dos cortes as bondades via subsídios ao grande capital, algo entorno de R\$ 240 bilhões, da mesma forma que o ajuste para o judiciário e os recursos para as forças armadas, por motivos óbvios.

A maioria da sociedade tem que se sacrificar e abrir mão de seu futuro para salvar uma insignificante minoria de super ricos e seu modo de produção parasitário. De novo!

A única conclusão que podemos chegar é que esta PEC é um instrumento fundamental para manter o mesmo mecanismo que gerou a crise que ela agora diz querer enfrentar, para gerar um novo ciclo de “crescimento” cada vez mais limitado e cada vez mais destrutivo que irá gerar uma crise ainda maior no médio ou curto prazo, como ficou comprovado em todos os países da Europa que seguiram este caminho e na Grécia onde tal alternativa gerou a catástrofe que agora se presencia.

Temos que reagir e nos levantar agora, enfrentando decididamente estas medidas, ou pagaremos, nós e a próxima geração, um alto preço por nossa omissão.

Mauro Iasi é professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, pesquisador do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas), do NEP 13 de Maio e membro do Comitê Central do PCB. É autor do livro *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência* (Boitempo, 2002) e colabora com os livros *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* e *György Lukács e a emancipação humana* (Boitempo, 2013), organizado por Marcos Del Roio. Colabora para o **Blog da Boitempo** mensalmente, às quartas.

Investigando a pilhagem

Observações sobre o novo livro de David Harvey

Posted on 10/10/2016 // [5 Comments](#)

Por Ruy Braga.

O retrocesso parece não ter fim. Atualmente, existem 27 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional cujo sentido consiste em eliminar ou limitar os direitos trabalhistas: a regulamentação da terceirização sem limite, a redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos, a instituição do acordo extrajudicial de trabalho que permite a negociação direta entre empregado e empregador, o impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho, a suspensão de contrato de trabalho, a prevalência do negociado sobre o legislado nas relações trabalhistas, são exemplos desta flagrante ameaça aos direitos dos trabalhadores.¹

A lista de ataques à CLT simplesmente não acaba. Acrescente a isso os ataques aos direitos previdenciários e a política de austeridade imposta ao país por vinte anos por meio da iminente aprovação da PEC 241 e perceberemos o sentido profundo do golpe de 2016: assegurar que o aprofundamento da acumulação por espoliação balize o modelo de desenvolvimento brasileiro pelas próximas décadas. Se o governo Dilma Rousseff mostrou-se reticente em relação a esta via, o governo ilegítimo de Michel Temer avança em todas as frentes a fim de garantir que o Estado garanta os lucros e os privilégios dos oligarcas financeiros e grupos rentistas no Brasil.

Finalmente, após alguns titubeios e vacilações dos governos lulistas, o país colocou-se definitivamente em concordância com o processo de neoliberalização que avança em todo o mundo, radicalizando as desigualdades sociais, estressando as classes subalternas e alimentando um aumento sem precedentes históricos recentes dos conflitos distributivos em diferentes contextos nacionais. Ou seja, vivemos um período no qual as contradições capitalistas latentes intensificaram de maneira repentina, promovendo violentas convulsões sociais, em especial nos países do chamado Sul global. Tentativa de golpe militar na Turquia, recrudescimento da violência xenófoba na África do Sul, explosões grevistas na Índia, para ficarmos apenas nos exemplos mais recentes.²

Em suma, o aprofundamento da crise capitalista tem promovido e amplificado as inúmeras tensões sociais derivadas, entre outras razões, do persistente problema do desemprego de massa, dos solavancos verificados nos países do grupo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do ritmo de crescimento medíocre das economias capitalistas avançadas. Num contexto como este, é urgente que as forças sociais progressistas consigam interpretar de maneira coerente aquilo que se descortina diante de nossos olhos, mas, que muitas vezes não somos capazes de perceber devido à fragilidade de nossos instrumentos teóricos tradicionais.

Os socialistas em geral necessitam reinventar suas práticas para fazer frente às ameaças trazidas por este verdadeiro tsunami neoliberal que, desde 2008, tem arrasado o sistema de diques e canais de contenção coletivamente construídos durante décadas de institucionalização das lutas de classes nos planos nacionais a fim de conter as ameaças da mercantilização da vida. Para tanto, é necessário que o marxismo seja “reconstruído”, isto é, atualizado e radicalizado.

O geógrafo marxista inglês radicado nos Estados Unidos, David Harvey, debruçou-se nas últimas duas décadas sobre este projeto. Seu livro recém-publicado no Brasil pela editora Boitempo, *17 contradições e o fim do capitalismo*, chegou numa hora mais do que apropriada para refletirmos sobre os desdobramentos sociais e ambientais da atual onda de neoliberalização da sociedade em escala global.³

Harvey localiza acertadamente esta empreitada na análise dos fundamentos da crise geral cuja raiz deve ser buscada no aprofundamento das contradições sociais fundamentais do próprio sistema do capital. Em outras palavras, quando as crises localizadas reforçam-se mutuamente, como aconteceu entre 2007 e 2009 nos países de capitalismo avançado, por exemplo, segue-se inevitavelmente uma crise geral marcada pela aceleração das fases disruptivas nas quais o capital recompõe-se em uma forma mais predatória e, portanto, ainda mais destrutiva. Este é o plano histórico no qual atuam os movimentos sociais que buscam intervir nas lutas redistributivas contemporâneas.

Estes movimentos tem enfrentado uma conjuntura marcada pelo ataque sistemático aos direitos trabalhistas e previdenciários engendrado por aquilo que Harvey chama “política de acumulação por espoliação”. Assim, a limitação ou mesmo eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, como o direito à aposentadoria, assim como os direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade, por meio da privatização dos gastos públicos, amplia a espoliação racionalizada por trás das chamadas políticas de austeridade. A necessidade de um contramovimento social capaz de reagir a este processo de mercantilização dos direitos sociais subjacente à acumulação por espoliação conduziu Harvey a concluir que:

“A organização contra essa forma de acumulação por espoliação (a formação de um movimento antiausteridade, por exemplo) e a reivindicação de preços mais baixos e maior eficácia em habitação, educação, saúde e serviços sociais, portanto, são tão importantes para a luta de classes como a luta contra a exploração no mercado e no ambiente de trabalho. Mas a esquerda, obcecada pela figura do operário como portador da consciência de classe e símbolo da ambição socialista, não consegue incorporar esse outro mundo das práticas de classe a sua forma de pensar e suas estratégias”
(David Harvey, *17 contradições e o fim do capitalismo*, p.72).

Daí sua insistência em trazer para um primeiro plano político a classe trabalhadora precária e globalizada ampliada pelos ataques promovidos pelo neoliberalismo aos direitos sociais. Em poucas palavras, Harvey entende que as transformações tanto no trabalho quanto na vida social, engendradas pelo ciclo de contrarreformas inaugurado pelo neoliberalismo e que ganhou impulso no fim dos anos 1970, nos países de capitalismo avançado, e nos anos 1980, nos países do chamado Sul global, foram as principais responsáveis pelo aumento da desigualdade mundial. Paralelamente, estas transformações passaram a promover inquietações sociais cada dia mais agudas, impulsionando protestos violentos em escala mundial.

Na realidade, a atual onda de neoliberalização do trabalho consistiria, basicamente, de uma ampla ofensiva política contra os sindicatos e os partidos políticos de esquerda que buscam proteger as classes subalternas dos impactos causados pelo aprofundamento das desigualdades estimulado pela crise capitalista com uma nítida degradação das condições de reprodução das classes trabalhadoras. Assim, o desenvolvimento desigual e combinado existente entre a mundialização da divisão do trabalho e o aumento da desigualdade exacerbaria a alienação social das classes sociais subalternas em diferentes regiões do planeta, estimulando a transição de uma postura passiva dessas massas precárias, sobretudo urbanas, para uma atitude de desafio da mercantilização.

Talvez a tese mais produtiva elaborada por Harvey desde que o geógrafo inglês elaborou seu programa de “reconstruir” a teoria de Marx à luz das contradições capitalistas contemporâneas seja exatamente afirmar que “no centro daquilo que define fundamentalmente o capitalismo, existe uma economia baseada na espoliação” (*17 contradições*, p.60). Em outras palavras, trata-se de uma radicalização da análise da acumulação primitiva elaborada por Marx no final do *Livro I de O capital*, temperada, tanto pela apreensão da unidade dialética entre produção e realização do mais valor, quanto pela interpretação histórica elaborada por Karl Polanyi a respeito da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro durante o século XIX.

Ao reconstruir a teoria da acumulação primitiva de Marx combinando-a com a teoria da mercantilização da sociedade e da natureza em Polanyi, Harvey logrou alcançar uma compreensão das formas contemporâneas de acumulação por espoliação social capaz de colocar em um primeiro plano tanto as políticas de austeridade impostas aos diferentes países pelas forças do mercado mundial, quanto seu meio privilegiado, isto é, a racionalização da violência política monopolizada pelo Estado nacional.

Assim, chegamos a uma forma de dominação apoiada na espoliação tanto do excedente econômico quanto dos direitos sociais dos trabalhadores cujo sentido consiste em garantir os lucros dos grandes proprietários e acionistas, mesmo num contexto mundial marcado pela crise de valorização. Corolário ideológico desta forma de dominação encontramos o dogma neoliberal segundo o qual tudo o que existe de comum e público no planeta deve ser privatizado em benefício da eficiência econômica.

E quando as classes subalternas, por alguma razão, decidem rebelar-se contra o acesso insuficiente aos valores de uso essenciais que a limitação ou mesmo a simples eliminação dos direitos sociais assegura são violentamente reprimidas pelo Estado. Em suma, por trás da mercantilização, monetização e privatização da força de trabalho encontraremos um motor alimentado pela violência política ao serviço da espoliação dos direitos trabalhistas e previdenciários da maioria da população trabalhadora.

Daí a insistência de Harvey em afirmar que a contradição entre capital e trabalho não deve ser interpretada pelos marxistas como a fonte básica de todas as formas de crise e, conseqüentemente, a razão última das lutas políticas das organizações e movimentos anticapitalistas. Na realidade, outras fontes de conflito classistas acrescentam-se à contradição entre capital e trabalho em um mundo cada dia mais marcado pelo aprofundamento da política de austeridade. Assim, para além das mobilizações em torno das questões trabalhistas, os marxistas críticos deveriam, conforme o geógrafo marxista, permanecerem abertos à importância de outros domínios da luta de classes na contemporaneidade, como as lutas sociais urbanas protagonizadas pelos trabalhadores sem-teto, por exemplo.

Aliás, tanto a política de acumulação por espoliação quanto sua racionalização tecnocrática, isto é, a política de austeridade, promovem a extração de renda e riqueza dos trabalhadores por meio, sobretudo da mercantilização das terras urbanas. Assim, os trabalhadores, mesmo quando são capazes de alcançar alguma concessão salarial no mercado de trabalho, usualmente sacrificam seus ganhos devido à majoração dos preços dos aluguéis ou às formas predatórias de financiamento da casa própria. Aquilo que o trabalhador conquista na produção, retorna ao proprietário de dinheiro sob a forma de renda da terra ou por meio do pagamento de serviços essenciais mercantilizados. Sem mencionar o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras que as obriga à multiplicação de jornadas de trabalho ou empreitadas no setor informal da economia.

Ao insistir na importância desta dimensão da luta social contemporânea, Harvey nada mais faz do que radicalizar o pensamento de Marx quando este analisa as contradições da realização do mais valor de maneira articulada às questões da produção do mais valor. Ou seja, quando Marx afirma a necessidade de pensarmos a reprodução ampliada do capital como uma *unidade contraditória entre a produção e a realização do mais valor*. Daí a necessidade de atualizar a teoria marxista por meio da incorporação daqueles setores da classe trabalhadora que normalmente não são privilegiados pela análise das lutas sociais, tais como os trabalhadores do telemarketing, os trabalhadores do setor de serviços, os garis, os camelôs, as empregadas domésticas, os motoristas e cobradores de ônibus, os professores, etc.

Afinal, a solução do capital para o atual processo de crise econômica consiste, prioritariamente, em saquear o fundo público em detrimento dos direitos da cidadania. Evidentemente, isso implica limitar ou eliminar uma ampla gama de direitos democráticos, inclusive o direito à aposentadoria e à saúde, cada vez mais urgentes quando pensamos na simples subsistência dos trabalhadores submetidos a condições crescentemente precárias de vida e trabalho. Seguindo a análise do desenvolvimento desigual e combinado da atual crise econômica, Harvey revela como a débil

recuperação dos mercados globais após os traumas de 2008 e 2009 deveu-se em grande medida ao crescimento econômico dos Brics e, a partir de 2012, com a progressiva desaceleração do motor econômico mundial causado pelo esgotamento do superciclo das *commodities*, estes países passaram a experimentar um aumento em larga escala da inquietação social de suas respectivas classes subalternas, em especial, do precariado urbano.

Em suma, uma distribuição cada vez mais desigual de renda e riqueza em tantas regiões do planeta nos ajuda a explicar os níveis ascendentes de revoltas populares e a instabilidade social verificada a partir de 2012. Neste sentido, é possível antever que o atual ciclo de revoltas populares protagonizado pelos trabalhadores precários em diferentes países do Sul global anuncia que a crise econômica global está longe de seu fim e, provavelmente, a espiral descendente das condições de vida destes trabalhadores continuará funcionando como um elemento catalizador das insatisfações em relação às políticas de austeridade impostas mundialmente aos trabalhadores.

No caso brasileiro, se as Jornadas de Junho de 2013 emergiram em um momento ainda marcado por um processo de modesta desconcentração de renda entre aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho e motivadas em parte pela elevação das expectativas das classes subalternas, a dinâmica da luta política descortinada a partir de então no país avançou num sentido claramente regressivo e, portanto, afinada com o resto do mundo. A política de austeridade inaugurada por Dilma Rousseff no início de seu segundo mandato, não apenas alienou seu eleitorado e suas bases sociais, como pavimentou a estrada para que, conforme a teoria da acumulação por espoliação de Harvey, a reação neoliberal se emancipasse de seu invólucro lulista a fim de arrasar o sistema de diques e canais de contenção coletivamente construídos durante décadas de institucionalização das lutas de classes, quer seja por meio da CLT ou da Constituição de 1988.

O novo livro de David Harvey questiona-se em diferentes momentos a respeito de “quando surgirá um movimento político de massa dos despossuídos para retomar o que foi perdido”. Para os socialistas, trata-se da questão-chave do mundo contemporâneo. E, apesar de não termos uma resposta para esta questão, se aceitarmos as sugestões teóricas de Harvey, ao menos duas tendências evolutivas tornam-se nítidas. Por um lado, o movimento da massa dos espoliados será liderado pelo precariado urbano e, numa economia dominada pela acumulação por espoliação, qualquer programa político que proponha a diminuição das desigualdades de renda e riqueza ameaçará fatalmente a reprodução do capital.

Na verdade, o novo livro de Harvey não nos deixa esquecer por um único instante do dilema fatal destacado tanto por Engels quanto por Rosa Luxemburgo: a sociedade burguesa ou avançará para o socialismo ou cairá fatalmente na barbárie.

NOTAS

¹ Sem mencionar a prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho, a livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato, a regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora, a redução da jornada com redução de salários, a criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores, o estabelecimento do Simples Trabalhista, a extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa, etc.

² Mesmo quando as crises aparentemente perdem força, como no caso dos Estados Unidos ou da Europa do sul, trata-se de um interregno que precede o avanço do perigo fascista, como ocorreu recentemente nas eleições alemãs ou no crescimento da candidatura de Donald Trump.

³ Para mais detalhes, ver: David Harvey, *17 contradições e o fim do capitalismo*, São Paulo, Boitempo, 2016.

* * *

Ruy Braga, professor do Departamento de Sociologia da USP e ex-diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da USP, é autor, entre outros livros, de *Por uma sociologia*

pública (Alameda, 2009), em coautoria com Michael Burawoy, e *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial* (Xama, 2003). Na Boitempo, coorganizou as coletâneas de ensaios *Infoproletários – Degradação real do trabalho virtual* (com Ricardo Antunes, 2009) e *Hegemonia às avessas* (com Francisco de Oliveira e Cibele Rizek, 2010), sobre a hegemonia lulista, tema abordado em seu mais novo livro, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. É também um dos autores dos livros de intervenção *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Boitempo, Carta Maior, 2013) e *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (Boitempo, 2016). Colabora para o **Blog da Boitempo** mensalmente, às segundas.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/10/investigando-a-pilhagem/>

PEC 241, o Brasil de volta à senzala

Posted on 13/10/2016 // 10 Comments

Por Guilherme Boulos

Não se viu nada igual nos últimos 30 anos. A PEC 241 é o mais ousado ataque ao povo brasileiro desde a ditadura militar, violando a Constituição de 1988 precisamente naquilo em que ela pôde ser chamada de “cidadã”. É uma verdadeira “desconstituente”, uma ode à desigualdade social.

Aprovada em primeiro turno na Câmara e festejada com brindes de champanhe no jantar do Alvorada, a PEC determina o congelamento dos investimentos públicos pelos próximos 20 anos, até 2036.

Os efeitos disso para os serviços públicos e os salários dos trabalhadores serão fatais. Estimativa dos gastos em saúde e educação nos últimos dez anos, caso a PEC valesse desde 2006, é ilustrativa: o orçamento da saúde em 2016 foi de R\$102 bilhões; com a PEC seria de R\$65 bilhões. Na educação, ainda pior, o atual orçamento de R\$103 bilhões seria de R\$31 bilhões, um terço.

No caso dos salários, estudo realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) aponta que, se a PEC valesse desde 1998, o salário mínimo seria hoje de R\$400, menos da metade do seu valor de R\$880. Basta fazer os cálculos de como será daqui a 20 anos, período de vigência da lei proposta. A política de reajuste do salário mínimo, instrumento de distribuição de renda no último período, será sepultada.

O artigo 104 da PEC, apresentado como emenda, prevê expressamente o veto a aumentos salariais acima da inflação, além do congelamento do salário de servidores, em circunstâncias do não cumprimento do teto. Um verdadeiro descalabro.

O argumento utilizado por Temer –repetido à exaustão na mídia por gente como Miriam Leitão, Carlos Alberto Sardenberg e outros do mesmo clube– é que é preciso conter a dívida pública, tratada como o grande problema nacional. A proporção da dívida em relação ao PIB, crescente no Brasil desde 2014, é hoje de 66,2%.

Nos Estados Unidos, esta proporção é de 104%, na União Européia de 90% e, mesmo na austera Alemanha alcança 71%, acima da brasileira. Nenhum desses países e regiões resolveu congelar investimentos por 20 anos. Não há notícia no mundo de uma medida draconiana desta natureza, ainda menos como cláusula constitucional.

Só num país totalmente capturado pelos bancos e rentistas uma medida como essa seria possível. A relação da PEC com os interesses da casa grande é bem simples de compreender. Vejamos.

É de se supor a retomada do crescimento econômico no país em algum momento durante os próximos 20 anos. Com o crescimento, aumenta a arrecadação. Mas, como o orçamento estará obrigatoriamente congelado pela PEC, esse aumento não poderá ser destinado a investimentos sociais. Para onde irá, então? Para a parte da despesa não afetada pelo teto: o pagamento de juros da dívida pública ao capital financeiro. Ou seja, toda receita pública resultante do crescimento da economia será apropriada para remunerar bancos e demais detentores dos títulos do Estado, com o argumento de redução da dívida pública.

O “Novo Regime Fiscal”, apelido da PEC, é na verdade um novo apartheid social. O abismo da concentração de renda vai se ampliar. Os trabalhadores que ousaram melhorar de vida e exigir o acesso a serviços públicos serão atirados de volta à senzala. Como disse sem pudores o deputado Nelson Markezelli (PTB-SP): “Quem não tem dinheiro, não faz universidade”. E emendou: “os meus filhos têm e vão fazer”.

Assim será pelos próximos 20 anos, independentemente de quem esteja no governo. Nas próximas quatro eleições presidenciais, se aprovada a lei, os brasileiros não poderão escolher outro projeto, a não ser que três quintos do Congresso o resolvam. Um presidente que não foi eleito define a política econômica para os próximos quatro que o povo venha a eleger. E o voto de mais 50 milhões de pessoas terá de ser homologado por 308 deputados. Alguém ainda se atreverá a chamar isso de democracia?

Aos paneleiros dos Jardins, meus parabéns. Chegaram aonde queriam. Quem nas periferias aplaudiu ou permaneceu em sua indiferença, é hora de acordar, não? E antes que seja tarde demais.

A PEC terá segunda votação na Câmara e depois irá ao Senado. Se não for barrada por ampla mobilização popular, o sonho de milhões de brasileiros ficará congelado pelos próximos 20 anos.

** Artigo publicado originalmente no jornal Folha de S.Paulo e reproduzido aqui no contexto do Dossiê “[Não à PEC 241](#)”.*

Guilherme Castro Boulos é dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do (MTST) e militante da Frente de Resistência Urbana. Atua no Movimento desde 2002. Escreve semanalmente no jornal *Folha de S. Paulo* uma coluna sobre questões urbanas e política nacional e é também professor de psicanálise. Formado em filosofia na Universidade de São Paulo (USP), especializou-se em psicanálise e atualmente faz pós-graduação em psiquiatria, estudando as relações entre depressão, isolamento social e organização coletiva. Pela Boitempo, publicou *[De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil](#)* (2015), além de ter colaborado com os livros de intervenção *[Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?](#)* (2014) e *[Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil](#)* (2016).

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/13/pec-241-o-brasil-de-volta-a-senzala/>

Safatle: A PEC 241 e o verdadeiro descalabro nos gastos públicos

Entrará para a história o fato de que uma das mais impressionantes medidas econômicas das últimas décadas, uma que simplesmente retira do Congresso a possibilidade de realmente discutir o orçamento, que restringe o poder de representantes eleitos em aumentar investimentos do Estado, que os transforma em peças decorativas de uma pantomima de democracia, foi anunciada não pelo pretense presidente da República, mas por um banqueiro.

Posted on 14/10/2016 // 0 Comments

*Por Vladimir Safatle.**

Semana passada, o dito “governo” resolveu apresentar à população seu plano de emergência econômica diante da propalada crise. Conhecido como PEC 241, o plano visa congelar os investimentos estatais nos próximos 20 anos, permitindo que eles sejam, no máximo, reajustados pela inflação do período.

Isso significa, entre outras coisas, que o nível do investimento em educação e saúde continuará no nível em que está, sendo que o nível atual já é resultado de forte retração que afeta de forma brutal hospitais públicos, universidades e escolas federais. Todos têm acompanhado a situação calamitosa dos nossos hospitais, os limites do SUS, os professores em greve por melhores condições de trabalho. Ela se perpetuará.

Para apresentar o novo horizonte de espoliação e brutalidade social, o dito “governo” colocou em marcha seu aparato de propaganda. Ao anunciar as medidas, foi convocado um representante de quem verdadeiramente comanda o país, a saber, um banqueiro, o senhor Meirelles.

Entrará para a história o fato de que uma das mais impressionantes medidas econômicas das últimas décadas, uma que simplesmente retira do Congresso a possibilidade de realmente discutir o orçamento, que restringe o poder de representantes eleitos em aumentar investimentos do Estado, que os transforma em peças decorativas de uma pantomima de democracia, foi anunciada não pelo pretense presidente da República, mas por um banqueiro.

Este dado não é anódino. Ele simplesmente demonstra que Michel Temer não existe. Não é por acaso que ele não aparece na televisão e some em dia de eleição, indo votar no raiar do sol. Quem realmente comanda o Brasil atualmente é uma junta financeira que impõe seus ditames a toque de caixa usando, como álibi, a ideia de uma “crise” a destruir o Brasil devido ao descontrole dos gastos públicos.

O *script* é literalmente o mesmo aplicado em todos os países europeus com resultados catastróficos. No entanto, há de se reconhecer que ele tem o seu quinhão de verdade.

De fato, há um descalabro nos gastos públicos, mas certamente ele não vem dos investimentos parcos em educação, saúde, assistência social, cultura etc. Por exemplo, segundo dados da OCDE, o

Brasil gasta 3.000 dólares por aluno do ensino básico, enquanto os outros países da OCDE – a maioria europeus e da América do Norte, entre outros – gastam, em média, 8.200 dólares.

A situação piorará nos próximos 20 anos, já que os gastos continuarão no mesmo padrão enquanto a população aumentará e envelhecerá, exigindo mais gastos em saúde.

Na verdade, os gastos absurdos do governo não são com você, nem com os mais pobres, mas com o próprio sistema financeiro, que se apropria do dinheiro público por meio de juros e amortização da dívida pública, e lucra de forma exorbitante devido à taxa de juros brasileira. Uma dívida nunca auditada, resultante em larga medida da estatização de dívidas de entes privados.

Por incrível que pareça (mas que deveria ser realmente sublinhado), o plano econômico do governo não prevê limitação do dinheiro gasto com a dívida pública. Ou seja, fechar escolas e sucatear hospitais é sinal de “responsabilidade”, “austeridade”, prova que recuperamos a “confiança”; limitar os lucros dos bancos com títulos do Estado é impensável, irresponsável, aventureiro. Isso demonstra claramente que o objetivo da PEC não é o equilíbrio fiscal, mas a garantia do rendimento da classe rentista que comanda o país.

Como se trata de ser o mais primário possível, o dito “governo” e sua junta financeira comparam a economia nacional a uma casa onde temos que cortar gastos quando somos “irresponsáveis”. Mas já que a metáfora primária está a circular, que tal começar por se perguntar que gastos estão realmente destruindo o “equilíbrio” da casa? Por que a casa não pede mais dinheiro para aquele pessoal ocioso que mora nos quartos maiores e nunca contribui com nada?

Ou seja, já que estamos em crise, que tal exigir que donos de jatos, helicópteros e iates paguem IPVA, que igrejas paguem IPTU, que grandes fortunas paguem imposto, que bancos com lucros exorbitantes tenham limitações de ganho, que aqueles que mais movimentam contas bancárias paguem CPMF?

É claro que nada disso será feito, pois o Brasil não tem mais governo, não tem mais presidente e tem uma democracia de fachada. O que o Brasil tem atualmente é um regime de exceção econômica comandado por uma junta financeira.

** Artigo publicado originalmente no jornal Folha do S.Paulo em 14/10/2016 com o título “[Junta financeira comanda o Brasil e impõe ditames a toque de caixa](#)”*

Vladimir Safatle é professor livre-docente do Departamento de Filosofia da USP, bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor visitante das Universidades de Paris VII e Paris VIII, professor-bolsista no programa Erasmus Mundus. Escreveu *A paixão do negativo: Lacan e a dialética* (São Paulo, Edunesp, 2006), *Folha explica Lacan* (São Paulo, Publifolha, 2007), *Cinismo e falência da crítica* (São Paulo, Boitempo, 2008) e co-organizou com Edson Teles a coletânea de artigos *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (Boitempo, 2010), entre outros. Atualmente, mantém coluna semanal no jornal Folha de S.Paulo e coluna mensal na Revista CULT. Em 2012, teve um artigo incluído na coletânea *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (Boitempo, 2012), publicada pela Boitempo Editorial em parceria com o [Carta Maior](#).

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/14/safatle-a-pec-241-e-o-verdadeiro-descalabro-nos-gastos-publicos/>

Sem consulta popular, PEC 241 é incompatível com a democracia



Silvio Luiz de Almeida

Especial para o UOL14/10/201606h00

Na última segunda-feira, **o Congresso Nacional aprovou, em primeira votação, a PEC 241**. Enviada pela Presidência da República sob o pretexto de restabelecer o "equilíbrio fiscal" e a "confiança dos mercados", a PEC 241 impõe aos três Poderes um limite de despesas e de investimentos vigente pelos próximos 20 anos.

Em termos práticos, o orçamento público ficaria congelado de um ano para outro, permitindo-se modificações apenas para repor perdas inflacionárias. Assim, durante as duas próximas décadas, variações de caráter político-econômico, tais como o crescimento do PIB ou o aprofundamento da crise econômica mundial –cenários que podem exigir mais investimentos–, não devem ser levadas em consideração na composição da peça orçamentária.

Pelos impactos sociais e econômicos que encerra, as discussões em torno da PEC 241 teriam tudo para serem as mais importantes já enfrentadas pela sociedade brasileira desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, o problema reside justamente nesse ponto: a PEC 241 não está sendo suficientemente debatida com a população. Aliás, a grande verdade é que a maior parte da sociedade brasileira não faz ideia de que uma medida de tamanha gravidade é objeto de deliberações no Congresso Nacional.

Sobre as necessidades de uma reforma fiscal, talvez haja certo acordo entre os estudiosos do tema. A controvérsia maior não está no mérito, mas nos meios da realização dessa reforma, o que torna a decisão sobre a imposição de um teto orçamentário mais do que uma questão técnica.

Decisões sobre a gestão do orçamento público são, sobretudo, políticas. A prova disso é que a principal divergência entre os economistas que debatem o problema orçamentário repousa sobre qual seria a melhor técnica para a realização do ajuste fiscal. E o "melhor" é um juízo político-ideológico que só pode ser feito por quem é detentor da soberania, no caso, o povo brasileiro.

Os favoráveis à imposição do teto de gastos –cujas vozes têm sido desproporcionalmente destacadas e amplificadas– reconhecem que a medida é duríssima, mas acertada, diante do que adjetivam como "a maior crise da história". Já os críticos à PEC 241, a chamam de "austericídio", haja vista as consequências nefastas na saúde, na educação e na segurança.

Na mesma direção, não se pode ignorar a nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), em que os **técnicos do órgão afirmam categoricamente que "a PEC 241 impactará negativamente o financiamento e a garantia do direito à saúde no Brasil"**.

Esse é um dos motivos pelos quais os economistas críticos à PEC 241 defendem o uso de medidas –como uma reforma tributária que institua um sistema progressivo, a revisão de privilégios salariais de certas categorias do funcionalismo público ou até mesmo uma revisão sobre a política de juros– para que os trabalhadores não sejam os únicos a pagarem a conta da crise.

Havendo alternativas diferentes em jogo, a questão que fica é a de qual delas deve prevalecer diante de uma proposta que modifica a estrutura econômico-financeira do país, com profundos impactos no sistema político, no exercício dos direitos fundamentais e até no projeto de país que está inscrito na Constituição. Em verdadeiras democracias, uma decisão como essa só poderia tomar forma após um amplo debate nacional.

É importante lembrar que, na Constituição, os direitos individuais e sociais são os termos de um pacto civilizatório capaz de servir como ponto de partida para a superação de uma sociedade marcada por séculos de desigualdade. Nesse sentido, por alterar substancialmente os termos desse pacto sem a chancela popular, a PEC 241 abre caminho para disputas sobre o orçamento público cujas consequências sociais podem ser incontroláveis pelos mecanismos institucionais democráticos.

Sem ser submetida ao beneplácito das urnas ou a uma consulta popular que permita à sociedade refletir e decidir sobre as consequências de sua implantação, a aprovação da PEC 241 é incompatível com a democracia e com os postulados fundamentais da Constituição.

<http://noticias.uol.com.br/opinia/coluna/2016/10/14/sem-consulta-popular-pec-241-e-incompativel-com-a-democracia.htm>

A PEC do teto e a hora da política

Marco Aurélio Nogueira

14 Outubro 2016 | 14h52

A PEC 241 mexe com temas tão complexos e estratégicos, e faz isso num momento tão grave e sombrio, que não deveria ser discutida em termos apocalípticos. Sem ela, a tragédia não cairá sobre o país, e depois dela não virá o dilúvio inevitável. “PEC-do-fim-do-mundo” é uma fórmula engenhosa, mas somente serve para travar e ideologizar artificialmente o debate.

Enquanto o governo insiste em dizer que sem um ajuste nas contas públicas (que em 2016 chegarão a negativos, excluído o pagamento de juros da dívida), a oposição proclama que a fixação de um teto a partir de indicadores do ano anterior terminará por reduzir gastos sociais, prejudicar os mais pobres e rebaixar tudo aquilo que depende do Estado, como as diferentes políticas públicas. Formaram-se assim dois territórios de proselitismo e combate que, num primeiro momento, se mostram inconciliáveis.

Para examinar a PEC com algum critério, seria adequado que se baixasse um pouco a bola. Nada mais difícil no contexto atual, em que o esforço em prol do desentendimento supera a busca de entendimento.

Questões orçamentárias não são questões técnicas. São categoricamente políticas: dependem de escolhas e embates que têm um revestimento técnico importante mas cuja “alma” não é técnica, especialmente quando se está na

esfera pública, estatal. Precisamente por isso, e independentemente dos efeitos nefastos que a PEC 241 terá – que hoje são reconhecidos em voz uníssona, mesmo por seus apoiadores mais fanáticos –, dever-se-ia partir do suposto de que sempre haverá brechas e espaços para que se faça algo diferente dela, algo melhor que ela, para que se corrijam excessos e erros e se modifique a distribuição de perdas e ganhos.

Negar isso, e tratar a PEC como um dado incontornável – e pior, como a prova final de um “retrocesso antissocial” – é dar a ela a condição de algo que está fora da política, trancado numa bolha técnica inacessível aos cidadãos. É desprezar as possibilidades da política. É não admitir que o governo, com a proposição, quis no fundo por o bode na sala, forçar uma discussão que demorava para alçar voo e que, a partir de agora, está posta no centro da agenda.

A PEC tem defensores dogmáticos, indiferentes aos impactos mais graves e obsedados por uma ideia de ajuste que se impõe como saída única. Tem, também, defensores de caráter mais instrumental, otimistas, que sabem quão amargo é o remédio mas que acreditam, como faz por exemplo o economista José Marcio Camargo, que se houver crescimento econômico durante o período de vigência da emenda a receita governamental líquida aumentará e o Congresso poderá decidir onde gastar. Essa é em boa medida a posição oficial: o quadro pode ser melhor ou pior conforme o crescimento e a vontade política dos parlamentares, o que significa dizer que a correlação de forças decidirá bastante. A palavra governamental também insiste em dizer que o teto se refere ao conjunto do orçamento e não a esta ou àquela área em particular, sugerindo que opções favoráveis à saúde e à educação poderão ser feitas assim que o quadro desanuviar. Acena ainda com a possibilidade de que os critérios do teto poderão ser revistos a qualquer momento, e não só depois do passado legal de 10 anos.

Por essa via, abre-se todo um campo para a ação política e a correção de rumos.

Os adversários da PEC também formam duas vertentes típicas. Há os inimigos viscerais, regra geral desinteressados da dimensão técnica do tema, para os

quais a medida é o cão chupando manga e representará o desmonte de todas as políticas públicas, numa ação de terra arrasada. Entram aqui todos os que já estão em luta para interferir no modo como os recursos orçamentários são e serão distribuídos. É o universo dos que não querem perder nada e, se possível, ganhar alguma coisa. Quando o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, afirma que com a PEC voltaremos “ao status de colônia extrativista”, ele está exagerando, mas usa seu exagero para tentar garantir que a área de ciência e tecnologia não perca demais. Nada mais legítimo como estratégia de luta, ainda que não ajude a que se discuta a questão com os pés no chão. Muitos outros têm feito a mesma coisa nos últimos dias.

A outra vertente é dos inimigos cordiais, que criticam a medida mas se dispõem a melhorá-la. É o caso, por exemplo, do economista José Luiz Oreiro, que busca uma espécie de terceira via ao propor que o ajuste dos gastos primários, a cada ano, tome como base a inflação do ano anterior mais o crescimento demográfico (que hoje é de cerca de 0,8% ano ano). Com isso, ele acredita que seria possível manter constantes os gastos em termos per capita, por habitante, especialmente em saúde e educação. A principal condição, para ele, é que se avance na reforma da Previdência, sem a qual o Executivo não conseguirá cumprir nenhuma meta fiscal.

Oreiro não é seguramente o único a assim proceder. Há uma vasta rede de economistas, de diversa orientação técnica e política, que aceitam atuar como críticos cooperativos e têm participado do debate com sugestões de melhoria, correção ou aperfeiçoamento. Raul Velloso e Monica De Bolle são exemplos dessa posição.

Acompanhando o debate, percebe-se que a divergência técnica mais relevante tem a ver com a posologia a ser adotada ao se ministrar o remédio. Mais uma vez: tem a ver com correlação de forças e “vontade política”.

Se passar os olhos pelos jornais, o cidadão comum – ou um não especialista, como eu – fica fora do ar, sem fôlego, sem saber direito o que pensar. No fim

das contas, o bolso é que decidirá. A opinião pública no seu conjunto fica paralisada pelo maniqueísmo simplificador do debate, sem cogitar de outras opções. Perguntas que não querem calar: o governo tem somente uma única bala; não haveria outras formas de aumentar receitas sem que se tivesse de apelar para o aumento de impostos? Não seria possível “empoderar” o Congresso para que ele mesmo fizesse cortes e realocasse gastos conforme o andar da carruagem? Não há despesas desnecessárias ou mal calibradas, não há privilégios ou benefícios socialmente negativos que, se extintos, ajudariam de modo importante? Por que 20 anos, e não 10 ou 15?

O jornalista José Paulo Kupfer procurou nos ajudar. Para ele, a situação é grave demais; se nada for feito, a dívida pública “continuará em expansão até o ponto desestabilizador do calote ou da sua redução, em termos reais, pela via econômica e socialmente deletéria da inflação”. Como se sabe, na última década e meia a despesa primária (despesa total menos juros da dívida) anual do Governo triplicou em termos reais, evoluindo em média 6,2% ao ano acima da inflação. Os governos tentaram reagir a isso mediante arrecadação, aumentando a carga tributária, que em atingiu 32,7% em 2015, valor muito acima da média de países emergentes. Impossível continuar fazendo tais movimentos. Não se consegue ver como se conseguirá financiar um crescimento real de 6% ao ano dos gastos públicos, sobretudo porque o PIB já acumula queda de 7% em dois anos.

Por isso, para Kupfer, “negar a existência de um quadro fiscal com essa grave configuração é tão fora da realidade quanto não entender que sua superação envolve a solução de um conflito distributivo politicamente complexo”. O governo, porém, ao concentrar esforços na aprovação de cortes nos gastos por um longo período, “parece não ter considerado a possibilidade de equilibrar melhor os pratos da balança distributiva. Se não há espaço político – e até mesmo técnico – para aumentar impostos, existe um volume de desonerações fiscais de tal magnitude que não é fácil entender por que sua reversão, ainda que

parcial, ainda não está sendo cogitada”. Kupfer lembra os dados: “no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, estão inscritas renúncias de receitas tributárias no montante de ”.

Tais desonerações “beneficiam cidadãos de maior renda e grandes empresas, sem ganhos claros para a economia e a sociedade”. A eliminação delas promoveria ganhos evidentes de eficiência no uso dos recursos públicos e instituiria um critério de maior justiça fiscal. A medida ajudaria a que se desse destaque à reforma da estrutura tributária, que no Brasil é muito regressiva, ou seja, penaliza os mais pobres e quase não incomoda os muito ricos (um microcosmo de cerca de 100 mil brasileiros).

Um consenso preliminar poderia ser detectado: o ajuste é urgente, mas a PEC 241, por si só, não será a salvação da lavoura. O motor da economia não parará de um só tranco, o desemprego não cairá repentinamente, o endividamento e a desesperança da classe média persistirão, os pobres continuarão a sofrer. De hoje até a segunda votação no Senado, há bastante espaço para que se reflita sobre isso e se corrija tudo aquilo que for possível. Sem exageros retóricos e jogos de cena, sem pressões corporativistas e cálculos eleitorais. Ou seja, com o que ainda temos de espírito público democrático.

Em suma, o caminho está aberto para a imaginação criativa, a mobilização social e a ação democrática. É a hora da política, que se mostra, mais uma vez, categoricamente necessária e importante.

<http://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-nogueira/a-pec-do-teto-e-a-hora-da-politica/>

A PEC 241 não é para equilibrar as contas públicas

por João Sicsú — publicado 11/10/2016 09h46

A proposta do governo Temer, aprovada pela Câmara, significa dar adeus ao desenvolvimento

Não há **desequilíbrio fiscal estrutural**, crônico e agudo, nas contas do setor público. Algo que exigiria uma medida drástica: uma mudança na Constituição que deve vigorar por muitos anos. Mas o governo e seus seguidores mentem e dizem que existe. A **propaganda mentirosa** auxilia aqueles que **precisam de uma mentira para repetir** e convence os ingênuos que pensam que o governo deve funcionar de forma semelhante à economia doméstica.

Primeiro, mentem dizendo que o governo federal tem déficits anuais e dívidas acumuladas exorbitantes. Em seguida, sugerem que o **governo é igual a uma família**. Quando endividada, cortaria despesas. Então, precisaríamos de uma regra para impedir o aumento dos gastos públicos. Igualzinho a uma família: algum sacrifício hoje para colher os frutos da tranquilidade amanhã. Por fim, jogam a isca: a **Proposta de Emenda Constitucional 241**.

A **PEC 241** estabelece uma regra de teto para os gastos primários do governo federal. A regra é que os gastos primários de cada ano somente poderão aumentar de acordo com a inflação passada (medida pela variação do IPCA acumulada em 12 meses até junho do ano anterior). E essa regra deverá vigorar por 20 anos.

O governo faz dois tipos gastos: os primários e o pagamento de juros da dívida pública. Os primários são os gastos com saúde, educação, assistência social, cultura, defesa nacional etc. Excetuando os dois últimos anos (2014 e 2015), os diversos governos fizeram superávit no orçamento primário. Sempre gastaram menos do que arrecadaram. Em todos os anos, sem exceção.

A tabela mostra que, no período 2003-2013 (11 anos), o setor público fez despesas primárias em valores sempre inferiores às suas receitas. Portanto, fez superávit. Mostra que somente existe déficit orçamentário porque as despesas com o pagamento de juros da dívida pública são elevadíssimas. Esse é o motivo do nosso déficit orçamentário.

Quadro Orçamentário do Setor Público e Crescimento	Resultado do orçamento primário (em % do PIB)	Despesas com juros (em % do PIB)	Déficit orçamentário (ou nominal) (em % do PIB)	Taxa de crescimento da economia (em %)
-----------------------------------------------------------	------------------------------------------------------	-----------------------------------------	--------------------------------------------------------	-----------------------------------------------

Média 2003-2013	+2,89	-5,91	= -3,02	+3,6
2014	-0,57	-5,48	= -6,05	+0,1
2015	-1,88	-8,50	= -10,38	-3,8

Pode-se constatar, também, que o que há de estrutural é que quando há crescimento econômico e, então, as receitas são suficientes, o governo faz superávit primário. Mas sempre faz déficit orçamentário (ou nominal) porque as despesas com juros superam a economia que o governo fez nas áreas da educação, saúde, saneamento, cultura etc.

E as despesas públicas com juros são elevadas não porque o montante da dívida é exorbitante, mas sim porque a taxa de juros Selic que remunera quem tem títulos da dívida pública é alta demais. Para resolver a situação orçamentária bastaria, por um lado, baixar os juros Selic e, por outro, estimular o crescimento.

Não precisa ser economista, especialista em contas públicas, para perceber que o que faz o déficit orçamentário são as despesas com o pagamento de juros da dívida pública. Se dependesse dos gastos somente nas áreas que fazem o gasto primário sempre haveria superávit orçamentário, exceto em conjunturas específicas.

No ano de 2015, a política de contenção de gastos públicos se intensificou e o resultado foi uma grave recessão de 3,8% do PIB com um déficit orçamentário de 10,38% do PIB. Embora maior que o déficit de 2014, era de mesma natureza, conjuntural. Em ambos os anos, o problema foi a falta de crescimento associado às despesas de juros que são inaceitáveis.

A defesa da PEC de que haverá uma queda na relação dos gastos primários do governo como proporção do PIB e isso fará o reequilíbrio fiscal é falacioso. Isso em si pode não melhorar nem piorar os resultados fiscais.

Os resultados fiscais dependem de outros fatores: crescimento, arrecadação e o pagamento de juros da dívida pública. Além de tudo, essa relação despesas primárias/PIB poderá até aumentar se houver, como é provável, prolongamento do ciclo recessivo ou estagnacionista.

A [PEC desmontará o Estado brasileiro](#) e suas políticas sociais pelo simples fato de que o que necessitamos são mais gastos per capita em diversas áreas, com destaque para saúde e educação. Não temos, tais como diversos países europeus, um estado de bem-estar conformado. E o desenvolvimento brasileiro é essencialmente a construção de um estado de bem-estar social.

A conformação desse estado de bem-estar depende de mais investimentos sociais. Quanto maior o gasto real por cada indivíduo (ou para cada cidadão) maior será a qualidade dos serviços e programas ofertados pelo Estado, desde a educação até a saúde. Mais recursos públicos por cada indivíduo (ou para cada cidadão) significará menos vulnerabilidade social e mais serviços de qualidade para população.

O que a [PEC 241 propõe é exatamente o inverso](#): interromper o desenvolvimento brasileiro e colocar o País em rota de regressão. A PEC necessariamente diminuirá o gasto público per capita porque tais gastos estarão congelados, mas haverá crescimento populacional. De 2006 a 2015 (10 anos), o gasto per capita aumentou 44% na saúde e 102% na educação. E, é possível estimar que nos próximos 10 anos haverá uma redução de 6% no gasto per capita nas duas áreas.

A PEC 241 será a PEC do “adeus ao desenvolvimento”. Saúde e educação são exemplos bem elucidativos, mas todas as áreas serão alcançadas: moradia popular, saneamento básico, transporte, cultura, assistência social etc. Enquanto essa proposta constitucional estiver em vigor não haverá desenvolvimento.

<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-pec-241-nao-e-para-equilibrar-as-contas-publicas>

PEC 241, a moratória do contrato social

por Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galipolo — publicado 16/09/2016 04h59

A medida, que limita os gastos públicos por 20 anos, consagra o Brasil como paraíso dos rentistas

Figura no panteão dos anúncios da equipe econômica do governo a Proposta de Emenda à Constituição para instituir o Novo Regime Fiscal, a [PEC 241](#). Em síntese, o “novo regime fiscal” pretende fixar limite à despesa primária dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para cada exercício e pelos próximos 20 anos.

Para 2017, o limite será equivalente à despesa primária realizada neste ano corrigida pelo IPCA. Daí em diante, será definido pelo valor limite do ano imediatamente anterior corrigido pelo índice de inflação.

A nova métrica do “equilíbrio fiscal” busca impedir o crescimento real do gasto primário de um ano para o outro. Sua ampliação será no máximo igual à inflação do ano anterior, ou seja, concedida apenas a atualização monetária. Como o PIB varia não só pela inflação, que majora seu valor nominal, mas também pelo aumento de todos os bens e serviços produzidos no País, salvo casos de deflação e recessão, a defasagem na taxa de expansão da despesa primária provocará a perda da sua participação relativa, decorrente de um crescimento inferior ao PIB.

O texto da PEC ressalta suas expectativas: “Estabilizar a despesa primária, como instrumento para conter a [dívida pública](#)... Entre outros benefícios a implantação dessa medida... reduzirá o risco-País e, assim, abrirá espaço para redução estrutural da taxa de juros”.

Há quase 20 anos, o advento do superávit primário estava prenhe da mesma esperança. De lá para cá a economia brasileira exibiu ao longo de 16 anos (1998 a 2013) superávits primários, o que não impediu o salto da dívida bruta do setor público do patamar de 40%, em 1998, para quase 58% do PIB, em 2013, acompanhada da elevação de 6% na carga fiscal, também medida em relação ao PIB.

Dizem os sabichões que a taxa de juro é elevada por causa do estoque da dívida, mas o caso brasileiro parece afirmar que a dinâmica da dívida é perversa em razão da taxa de juro de agiota. Mesmo em 2015, o ano da desgraça fiscal, 82% do déficit nominal que engordou a dívida bruta foram gerados pelos juros nominais. Em vez de confirmarem as hipóteses que relacionam “espaço fiscal” e juros, os dados apontam a patologia da economia brasileira.

Os resultados primários informados pelo FMI tampouco oferecem amparo às hipóteses que relacionam “espaço fiscal” e juros. Para evitarmos embates metodológicos acerca de defasagens temporais entre causa e efeito, utilizaremos uma singela média dos resultados primários de 2007 a 2015 para uma amostra de países.

Rússia, Índia, China, México, Estados Unidos, Reino Unido e Japão apresentam média deficitária (déficit primário), enquanto Chile, Alemanha, Turquia e Brasil apresentam média superavitária (superávit primário) no mesmo período.

O Japão, que figura há tempos entre as menores taxas de juro do mundo, apresenta o pior resultado fiscal entre os países, com um déficit primário médio no período em torno de 6,5%. O México exhibe déficit primário médio de 0,8% do PIB e pratica juros de 4,25%, já a Turquia com quase 1,3% de superávit médio sustenta juros de 7,5%.

O Brasil, com a maior média de superávit primário entre 2007 e 2015 dentre os países listados (pasmem!), quase 2% do PIB, exibe exuberantes 14,25% de taxa Selic, revertendo quase 10% do PIB aos detentores da dívida pública, que representa menos de 70% do PIB, enquanto a Grécia, que tem uma relação dívida/PIB de 170%, despende aproximadamente 5% do seu PIB com juros. No mundo da finança globalizada, demarcado pela hierarquia entre as moedas, a descuidada abertura da conta de capitais aprisionou as políticas econômicas “internas” à busca de condições atraentes para os capitais em livre movimento. Esse é o ponto central e inalcançável aos leitores de manuais papai-mamãe.

Surpreendentemente, o texto de proposição do “[Novo Regime Fiscal](#)” apresenta, no entanto, oposição e crítica explícita à pedra angular da Lei de Responsabilidade Fiscal, concomitantemente ao reconhecimento do seu caráter pró-cíclico:

“O atual quadro constitucional e legal também faz com que a despesa pública seja prócíclica, quer dizer, a despesa tende a crescer quando a economia cresce e vice-versa. O governo, em vez de atuar como estabilizador das altas e baixas do ciclo econômico, contribui para acentuar a volatilidade da economia: estimula a economia quando ela já está crescendo e é obrigado a fazer ajuste fiscal quando ela está em recessão... Também tem caráter prócíclico a estratégia de usar a meta de resultados primários como âncora da política fiscal... o Novo Regime Fiscal será anticíclico: uma trajetória real constante para os gastos associada a uma receita variando com o ciclo resultarão em maiores poupanças nos momentos de expansão e menores superávits em momentos de recessão. Essa é a essência de um regime fiscal anticíclico.” Gunnar Myrdal foi pioneiro na preocupação em estabelecer uma política fiscal capaz de suavizar as flutuações econômicas. Sua proposta apoiava-se em estímulos fiscais durante o período de retração e, simetricamente, medidas restritivas durante a expansão, contendo pressões inflacionárias e garantindo uma transição suave da parte descendente do ciclo. No entanto, sua proposta permitia ao governo equilibrar o Orçamento durante todo o ciclo econômico, em vez de considerá-lo ano a ano.

Apesar de assemelhar-se à proposta posterior de [John Maynard Keynes](#) para um Orçamento de capital, Myrdal, em 1930, via o investimento público como uma linha de defesa contra flutuações cíclicas, a ser ativada tão somente quando as circunstâncias assim determinarem. Recomendava, portanto, intervenções pontuais de curto prazo.

A ideia de Keynes, por contraposição, é formulada como um projeto de longo prazo. Propunha a “socialização do investimento” em companhia de um sistema tributário progressivo, a eutanásia do rentista e o controle do movimento internacional de capitais para prevenir a instabilidade. Entre outras coisas, Keynes pretendia neutralizar os desvios da finança nacional e internacional. Sua proposta jamais foi implementada, nem sequer ensaiada. As propostas de Myrdal e Keynes sustentam em comum a regência de custeio e investimento por métricas distintas. A imposição de um limite linear e genérico às despesas primárias, como consta na PEC 241, pode deteriorar ainda mais a qualidade do gasto público.

Historicamente as despesas com atividades-meio e custeio apresentam tendência mais autônoma de crescimento. Por exclusão, os investimentos assumem o papel de despesas discricionárias. Os investimentos, já baixos e

insuficientes, podem ser comprimidos ainda mais com a imposição de um limite genérico. Um regime fiscal que se pretende anticíclico necessariamente deve enfrentar a composição das despesas primárias.

A abordagem do Orçamento camuflada em uma área exclusivamente técnica e científica delegável às burocracias não eleitas transformou-se em ferramenta para limitar a disponibilidade de políticas que pareçam viáveis para a comunidade.

O Orçamento é um pilar do Estado Social, expressão da confiança ética construída a ferro e fogo pelos subalternos, que impôs o reconhecimento dos direitos do cidadão, a partir do princípio que estabelece que o nascimento de um cidadão implica, por parte da sociedade, o reconhecimento de uma dívida. Dívida com sua subsistência, com sua dignidade, com sua educação, com suas [condições de trabalho](#) e com sua velhice.

A imposição de limites cada vez mais restritos às despesas com serviços essenciais, enquanto juros podem exorbitar livremente, sinaliza simultaneamente credibilidade ao rentismo e temor à população de moratória ao contrato social.

**Publicado originalmente na edição 918 de CartaCapital, com o título "A moratória do contrato social". [Assine CartaCapital](#).*

<http://www.cartacapital.com.br/revista/918/pec-241-a-moratoria-do-contrato-social>

A aprovação do fim do mundo

Maurilio Lima Botelho desmonta a cartilha do "InfoMoney" sobre a PEC 241

Posted on 17/10/2016 // [7 Comments](#)

Por Maurilio Lima Botelho.

Há uma espécie de cartilha “explicando“ a PEC 241 através de perguntas e respostas. Criada pela *InfoMoney*, que nada mais é do que uma agência de notícias daquele que se apresenta como maior grupo “independente” de corretagem mobiliária do Brasil, a cartilha é um defesa da PEC do Fim do Mundo realizada por consultores do Banco Itaú, responsáveis pelas respostas. Isso confere um tom impessoal ao texto devido a expressões como “o Itaú responde“, o “Itaú reforça“ ou “o Itaú ressalta”.¹

Como se sabe, o Banco Itaú é o maior banco privado do Brasil graças a sua fusão, em 2008, com o Unibanco. Apesar das várias críticas ao processo que levaria a uma cartelização financeira, a fusão foi autorizada pelas instituições reguladoras e abençoada por Henrique Meirelles, presidente do Banco Central da Era Lula e hoje Ministro da Fazenda. Ilan Goldfajn, economista-chefe do banco, e que trabalhou também no FMI, acaba de retornar à presidência do Banco Central, cargo que ocupou nos últimos anos do governo FHC.

Os bancos detém uma fatia importante da dívida pública brasileira: 647 bilhões de reais (cerca de 22 % do total) e perdem apenas para os fundos de pensão (com 24%). Devido à concentração financeira, a maior parte desses títulos estão nas carteiras de poucos grandes bancos privados. Por isso, é politicamente importante um trecho da cartilha em que “o Itaú aponta que a proposta tem potencial”.

Mas há uma passagem ainda mais expressiva naquela defesa do Fim do Mundo:

“O teto incide apenas sobre as despesas primárias e, portanto, não inclui as despesas com juros da dívida pública. O Itaú explica que isso ocorre porque a despesa de juros foge ao controle do governo e é apenas uma consequência de decisões de governos passados”.

Há três observações a fazer.

A primeira é sobre a “despesa de juros foge ao controle do governo”. A taxa básica de juros é definida pelo governo, “através” do Banco Central. Diferente de todos os outros agentes econômicos, o governo contrai dívidas estipulando os juros que vai pagar por elas. Evidentemente, a decisão de aumentar ou baixar os juros não depende apenas da vontade política, mas da variação nas taxas básicas de juros de outros países e, principalmente, da pressão de diversos setores econômicos, à frente de todos o mercado financeiro. E isso significa – contra o keynesianismo morto-vivo – que estão incluídas aí as indústrias, pois boa parte delas, no Brasil (e no mundo), operam hoje mais com rendimentos financeiros do que propriamente com lucros operacionais da produção.² Essa história de que a indústria está interessada em baixar taxa de juros é para enganar trouxas – se fosse o caso, Dilma teria sido transformada na Madre Santa da Manufatura Nacional pela FIESP.

Em segundo lugar, a incidência de juros sobre juros no acúmulo e rolagem das dívidas, independente da parcimônia do governo de plantão, faz com que essa bola de neve esmague a boa vontade de qualquer política. Ou seja, é bem verdade que “a despesa foge ao controle do governo”. Mesmo nos períodos em que os governos Lula e Dilma economizaram recursos (todos os anos entre 2003 e 2013) – isto é, apresentaram superávit primário –, no fechamento das contas, após o serviço da dívida, houve déficit nominal. O governo gastava mais do que arrecadava mesmo economizando em despesas primárias (saúde, educação, previdência etc.). Não há nenhum sentido no argumento que apela para os “gastos exorbitantes” na defesa da PEC 241. Trata-se apenas de uma contenção orçamentária arbitrária, punitiva, contra uma parafernália fiscal que ainda possuía outros objetivos que não somente os de produzir dinheiro através de mais dinheiro. Mesmo que esses objetivos fossem apenas o da “administração da miséria” realizada pelo lulismo. No fundo, agora foi estabelecido que o sistema de tributação brasileiro tem como prioridade alimentar o monstro do capital fictício – o resto é prescindível.

Por fim, a parte da “consequência de decisões de governos passados” é o trecho mais filosófico de todos. [Marx disse](#) que a “tradição das gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. Essa expressão, que era apenas uma formulação crítica denunciando a falta de liberdade (não importando a vontade) do sujeito, agora se realiza de modo mais objetivo possível, demonstrando ao mesmo tempo o fundamento social de toda heteronomia moderna (as leis cegas da economia de mercado) e o limite dessa máquina incontrolável – a destruição do futuro.

Essa morte não decorre apenas de “decisões erradas” tomadas pelos governos passados – embora seja isso que o atual governo diz ao responsabilizar o PT ou as explicações da esquerda para a explosão do endividamento na era FHC.³ O que se trata é de uma economia que só funciona no presente queimando matéria-prima futura. A dívida pública sempre teve esse papel de garantir previamente uma soma dos impostos futuros a seus credores. Nada mais nada menos do que capital fictício, antecipação de receitas futuras. Hoje, no entanto, graças à impossibilidade de liquidá-la, a dívida pública se converte no lastro que faz a economia “real” operar, gastando no presente a contribuição das gerações futuras. Tornou-se uma das únicas maneiras – sem dúvida a mais segura – de permitir “acumulação” a um sistema de reprodução falhada.

A PEC do Fim do Mundo é a liquidação total, de antemão, das garantias sociais da futura geração. Até mesmo o serviço público mais rasteiro e de qualidade funesta de hoje parecerá um *Total Welfare* diante do que está por vir (assim como já parece ao míope petismo que suas políticas compensatórias eram a fina flor do Estado do Bem-Estar Social Brasileiro).

A PEC do Fim do Mundo é o sacrifício antecipado da reprodução social frente ao fim em si do dinheiro. É o círculo da forma mercadoria e forma monetária que encerra o seu processo histórico: o dinheiro não apenas não aceita nenhum outro Deus que não ele mesmo, como se mostra indiferente ao mundo que lhe rodeia.

NOTAS

¹ “[17 perguntas que você está fazendo sobre a PEC do teto de gastos, respondidas pelo Itaú](#)”. Por Lara Rizério. InfoMoney.com, 10 de outubro de 2016.

² O Banco Central não divulga em seus relatórios regulares os detalhes sobre os proprietários dos títulos da dívida pública mobiliária federal; ele apenas os classifica em grandes grupos. Um estudo de 2008 subdividiu esses grupos para chegar a um resultado, também não muito preciso, dos “detentores finais dos títulos”: 10,4 % estavam na carteira de “pessoas jurídicas não-financeiras”. Ou seja, essa que é apenas uma entre várias formas possíveis de aplicação financeira atraia 131 bilhões de reais de empresas “produtivas”. Ver: Anderson Caputo Silva, Lena Oliveira de Carvalho, Otavio Ladeira de Medeiros (org.). *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009, p. 389. Há alguns anos, José Carlos de Souza Braga é um dos autores que tem ressaltado o confuso entrelaçamento entre funções produtivas e financeiras nas grandes corporações. Ver sobre isso: “A financeirização da riqueza”, *Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, no. 2, pp. 25-55, agosto, 1993 e “[O espectro que ronda o capitalismo](#)”, *Folha de São Paulo*, 1 set. 1996.

³ Embora sem dúvida os patamares herdados da era FHC não tenham sido ainda superados, a dívida bruta caiu nos primeiros anos do governo PT em relação ao PIB, voltou a crescer em finais de 2006, recuou novamente em 2009 e cresceu vertiginosamente a partir de 2010. Essa variação está longe de demonstrar uma política regular e equilibrada de redução de endividamento, devendo-se esta às variações da conjuntura, em particular à liquidez obtida durante o auge da bolha das *commodities*.

Maurilio Lima Botelho é Professor de geografia urbana da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e autor do artigo “Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres” que integra o livro *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*, organizado por Pedro Rocha de Oliveira e Felipe Brito (Boitempo, 2013). Colabora com o **Blog da Boitempo** especialmente para o dossiê “Não à PEC 241”.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/17/a-aprovacao-do-fim-do-mundo/>

PEC 241: uma questão de poder

Posted on 17/10/2016 // [8 Comments](#)

Por Jorge Luiz Souto Maior.

Muito se tem dito sobre a Proposta de Emenda à Constituição n. 241, que, alterando os arts. 102 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, institui o Novo Regime Fiscal, que vigorará pelos próximos vinte anos.

A PEC 241, como é chamada, propõe a fixação de um limite de gastos, em nível federal, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo, também, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União com base no valor gasto em 2016.

Esses entes públicos somente poderão gastar em 2017 o mesmo valor que gastaram em 2016, sendo que o valor gasto de janeiro a dezembro de 2016 deverá ser corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo. E, de 2018 em diante, o máximo a ser gasto será o valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, também corrigido pela variação do IPCA, publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo.

Para justificar a PEC fala-se muito da questão do custo. Diz-se que o Estado não produz riqueza; que não se pode gastar mais do que se tem; que há muitos privilégios no serviço público etc.

Para combater a PEC, argumenta-se que a contenção de custos vai gerar menos investimentos em serviços públicos, notadamente, na saúde e na educação.

Mas, de fato, o que se projeta é uma estagnação do crescimento das estruturas do Estado para os próximos 20 anos, que, na realidade, representa uma diminuição bastante drástica.

O que se tem, portanto, não é meramente uma questão matemática, mas uma questão de poder. Mais diretamente: quem regula e controla o capitalismo?

Sem maiores debates públicos e não tendo se submetido ao crivo eleitoral, ou seja, aproveitando-se da treva democrática instaurada pelo golpe, a PEC 241, apresentada em 15/06/16, tramita na velocidade da luz no Congresso Nacional, para que não se perceba o seu real propósito, que é o de reduzir drasticamente o papel do Estado, transmitindo para as empresas privadas a maior parte da regulação social.

Matematicamente, se o Estado é menor, as empresas podem pagar menos impostos e, assim, obter maiores lucros e até oferecer mais empregos (mas que jamais crescem na mesma medida dos lucros, pois, do contrário, o aumento dos lucros se perde). Mas isso tem um preço: o maior poder que se transfere do Estado para as grandes corporações, que são, de fato, as que detêm o capital, sem que isso represente, de fato, uma dissociação entre o capital e Estado, tanto que o “bolsa empresário” não sofrerá efeito negativo no ajuste[i].

Sem regulação o poder privado torna-se incontrolável e aí não serão mais apenas empresas explorando trabalhadores, mas também o agravamento da situação de grandes empresas engolindo as demais, dentro de uma lógica autodestrutiva de tudo e de todos.

Dentro de uma estrutura de direitos privados e de mecanismos privados de soluções de conflitos, sem interferências de um poder regulador, as pessoas deixam de ser cidadãs, com garantias dadas pela força normativa estatal, tornando-se, meramente, indivíduos cuja identidade deve ser buscada junto à empresa para a qual deem a “sorte” de prestar serviço.

Enquanto isso, para as questões mínimas, nas quais o Estado não pode ser excluído, ou na esfera social descapitalizada, onde não interessa ao setor privado atuar, o que se terão, dadas as limitações orçamentárias impostas, são serviços públicos precários, realizados por serviços mal remunerados e terceirizados, numa espécie de institucionalização do trabalho em condições análogas às de escravo, que impede, inclusive, qualquer tipo de punição para atitudes semelhantes que se apresentem no setor privado.

A realidade brasileira, de quinhentos anos de história, é a da exploração desmedida e desumana dos trabalhadores, não se tendo, em nenhum momento, experimentado, de forma efetiva, as benesses do Estado Social. E em vez de seguir o caminho do aprimoramento do Estado Social, o que se pretende é construir uma ponte para o nada, ou pior, para o trânsito do capital, exclusivamente.

E a terceirização no serviço público não é apenas um problema de exploração desmedida dos trabalhadores, mas também os da destruição concreta da conquista histórica do concurso público, que melhor preserva a moralidade no serviço público, abrindo-se maior espaço para a prática dos

apaniguados; e do favorecimento à proliferação de negócios promíscuos entre o público e privado, ampliando-se as vias da corrupção. E se há distorções nos gastos públicos, esses problemas não se resolvem pela simples limitação do orçamento.

Com o patrocínio da PEC 214, a posição adotada pelo presente governo, que revela, inclusive, as motivações que sustentaram o golpe, é a de entregar o poder estatal para conglomerados econômicos, que, inclusive, não são sequer nacionais e que, por consequência não possuem nenhum comprometimento com o desenvolvimento nacional.

A PEC 241, retomando os tempos coloniais, pretende abrir ainda mais os espaços de poder em território nacional, para que possam ser ocupados por quem tiver maiores condições econômicas de fazê-lo.

Então, se passar a PEC 241: bye bye, Brasil!

E não tenho muito mais a escrever sobre a PEC 241, apelidada por muitos, como “a PEC do fim do mundo”. Esclareço, aliás, que a posição acima assumida foi impulsionada pela lógica do mal menor, que, por certo, nas situações extremas, pensando nos efeitos mais imediatos, não é desimportante. Mas há de se reparar que do ponto de vista dos concretos e maiores interesses da classe trabalhadora, o Estado não é uma instituição a ser defendida, incondicionalmente, vez que suas estruturas, voltadas ao aparelhamento do capitalismo, são, de fato (e de Direito), repressoras das mobilizações populares, alimentando uma lógica interna refratária inclusive aos avanços dos direitos trabalhistas e sociais, à inserção dos excluídos e à efetiva eliminação da discriminação e do preconceito com relação aos segmentos da sociedade politicamente minoritários. Essas estruturas, além disso, têm se voltado, historicamente, no Brasil, à defesa de privilégios injustificáveis de alguns poucos que se situam em uma espécie de classe superior entre aqueles que prestam os serviços públicos e ao favorecimento de relações paternalistas para com o setor econômico e os estratos dominantes da sociedade, por meio de conchavos, clientelismos, corrupções, financiamentos, disfarces assistencialistas e atos secretos e espertos, conforme denunciado em texto escrito em setembro de 2010: Ode ao Estado brasileiro[ii].

O problema é que, mantido o capitalismo, a mera diminuição do Estado não representa o fim dessas estruturas, que acabam se transferindo para os entes privados, os quais, sem limites, são ainda mais seletivos e opressivos, além de destruidores, fazendo com que a ação necessária, dentro desse cenário, seja a da preservação e o aprimoramento do Estado, exigindo-se o respeito à sua definição constitucional como Estado Social.

NOTAS

[i]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1823160-subsidios-destinados-a-empresas-resistem-a-ajuste-no-governo-temer.shtml>, acesso em 16/10/16.

[ii]. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI90527,71043-Ode+ao+Estado+Brasileiro>

Jorge Luiz Souto Maior é juiz do trabalho e professor livre-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Autor de *Relação de emprego e direito do trabalho* (2007) e *O direito do trabalho como instrumento de justiça social* (2000), pela LTr, e colabora com os livros de intervenção *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Boitempo, 2013) e *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. Colabora com o **Blog da Boitempo** mensalmente às segundas.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/17/pec-241-uma-questao-de-poder/>

A crise do Brasil capitalista é maior do que a “guinada à direita”

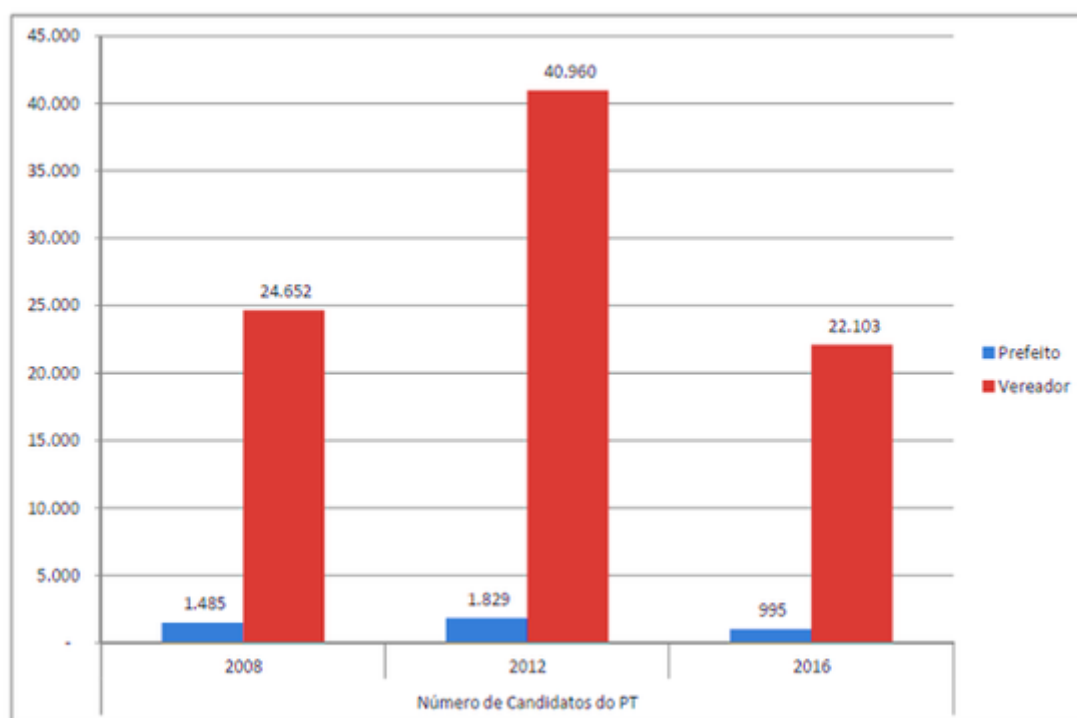
Posted on 18/10/2016 // 5 Comments

Por Oswaldo Coggiola.

Em agosto-setembro de 2016 tivemos o impeachment da presidente Dilma Rousseff, baseado em argumentos jurídicos e políticos que, se levados ao pé da letra e aplicados rigorosamente, derrubariam todos os governos estaduais do país.¹ O chefe do *Bank of America Merrill Lynch* (BofA) não se fez de rogado para declarar no *day after* que o impeachment era só a primeira condição imposta ao Brasil pelo capital financeiro internacional: “O fluxo estrangeiro não virá imediatamente após o impeachment. Esse evento é apenas o primeiro ponto de um ‘check-list’ *que deverá ser monitorado pelo estrangeiro* e que inclui também a aprovação da PEC [241] (Proposta de Emenda Constitucional) de gastos e a reforma da Previdência, entre outras reformas” (sic, grifo nosso).² Quem duvidasse que o Brasil continuava e continua, depois de décadas de “desenvolvimento”, antigo ou “neo”, uma semicolônia do imperialismo capitalista comandado pelos EUA, já teve suas dúvidas resolvidas.

Em outubro, como previsto, 144 milhões de eleitores foram convocados para eleger 5.570 prefeitos e mais de 57 mil vereadores dentre 463 mil candidatos à função. As abstenções e os votos brancos e nulos bateram todos os recordes precedentes. A muito propalada “grande guinada à direita” (crescimento dos candidatos eleitos do PSDB e do PSD, principalmente) que permitiu a eleição de candidatos como “Tião Peidão” (não sabemos qual minoria social ou política ele representa) e “Dr. Último” (candidato mais votado em sua cidade), foi simbolizada pela eleição em primeiro turno do candidato declaradamente “antipolítico” do partido tucano no maior município do país (São Paulo).

O PMDB permaneceu como o maior partido municipal com 7.570 vereadores, contra 5.371 do PSDB, 4.745 do PP e 4.639 do PSD, que cresceram mais que o partido-ônibus originado na ditadura militar, o qual mantém a hegemonia da política brasileira desde o fracasso das “diretas já” e a eleição indireta de Tancredo Neves.³ O PMDB, que ora controla o governo federal, além de uma colcha de retalhos de interesses corruptos e conflitantes entre si,⁴ caiu, no entanto, de 1.295 prefeituras governadas em 1996, para 933 em 2016. Para os mesmos anos, as cifras do “grande vencedor” tucano são de 921 e 709, respectivamente. O resultado politicamente significativo da eleição municipal foi a degradingolada do PT, que caiu de 630 prefeituras governadas para apenas 256, ou seja, 4,2% dos prefeitos do país (contra 11,5% em 2012). A principal derrota do PT foi, claro, em São Paulo, onde concorria à reeleição. A “taxa de reeleição” do PT foi de só 39%, contra 53% do PSDB. O número de candidatos do PT ficou reduzido praticamente à metade.



O PSOL não foi beneficiário do declínio abrupto do PT, consideradas as cifras nacionais, embora conquistasse resultados significativos, como a passagem para o segundo turno em duas capitais, Rio de Janeiro e Belém, com 18% e 29% dos votos, com uma provável vitória na segunda no segundo turno. Resultados que não dissimularam seus relativos fracassos em Porto Alegre (Luciana Genro, cotada inicialmente para chegar ao segundo turno) e São Paulo (Luiza Erundina, que mal superou 3%); em Natal, no entanto, seu candidato quase atingiu 10% dos sufrágios. Se ganhar em todos os segundos turnos aos quais chegou, o PSOL passaria a dirigir cinco prefeituras. Sua votação caiu, entre o primeiro turno de 2012 e o primeiro turno de 2016, de 2,38 milhões para 2,09 milhões de votos. A reconfiguração da esquerda brasileira não consistirá na substituição eleitoral do PT pelo PSOL.

Os partidos “mais à esquerda” (uma definição discutível) não conseguiram superar, até acentuaram, sua situação de marginalidade política, se apresentando em poucas cidades nas quais não chegaram a obter 0,1% dos votos, com a única exceção do PSTU, que obteve pouco mais de 5% em uma capital nordestina. Na véspera da eleição, o partido, que hegemoniza a direção da Conlutas, sofreu a cisão de aproximadamente 40% de sua militância que criou o MAIS, partidário de uma aliança com o PSOL e contrário à política levada adiante pela direção do PSTU durante o processo golpista, cisão que afetou o já minguado desempenho eleitoral do partido.

Os resultados eleitorais são, portanto, muito precariamente “direitistas”. Uma enquete conduzida com critérios e métodos rigorosos estabeleceu que “a redução da votação em candidaturas de partidos à esquerda auxilia a compreender de onde tem saído uma parte substantiva dos eleitores que optaram por não contribuir com a eleição de qualquer candidatura. Ao que parece, o crescimento do alheamento eleitoral tem afetado de forma fulminante a votação obtida por partidos à esquerda. Ou seja, os votos anteriormente captados por um partido como o PT não estão sendo convertidos, ou estão sendo convertidos numa taxa muito baixa, para outras vertentes políticas ideologicamente próximas”. Em Rio de Janeiro e São Paulo, “o não comparecimento às eleições tem contornos muito mais característicos de um voto de protesto do que algumas vertentes da ciência política recorrentemente enfatizam. Não são apenas erros. Não se pode descartar a hipótese de que uma parte

substantiva do alheamento decorre de ações profundamente deliberadas. E mais, essas ações têm perfil, e não se trata de um perfil à direita”.

		2000		2004		2008		2012		2016	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
São Paulo	Branco	249.970	4%	151.598	2%	230.717	3%	381.407	4%	367.471	4%
	Nulos	348.166	5%	290.414	4%	316.744	4%	516.384	6%	788.379	9%
	Abstenção	1.015.503	14%	1.162.120	15%	1.281.538	16%	1.592.722	18%	1.940.454	22%
	Aptos	7.134.821	100%	7.771.503	100%	8.198.282	100%	8.619.170	100%	8.886.195	100%
	Crescimento do eleitorado	-		1,09		1,05		1,05		1,03	
Rio de Janeiro	Branco	108.502	3%	108.502	2%	198.152	4%	188.862	4%	204.110	4%
	Nulos	191.440	5%	191.440	4%	281.130	6%	318.461	7%	473.324	10%
	Abstenções	696.566	16%	696.566	16%	820.236	18%	965.214	20%	1.189.187	24%
	Aptos	4.239.216	100%	4.446.695	100%	4.579.365	100%	4.719.607	100%	4.898.044	100%
	Crescimento do eleitorado	-		1,05		1,03		1,03		1,04	

Os votos brancos e nulos passaram de 6% em Rio de Janeiro e São Paulo, na primeira eleição sob o governo petista (em 2004) para 14% e 13%, respectivamente, na primeira eleição depois do impeachment. Somadas as abstenções, eles passaram de 23-24% para 35-38% no mesmo intervalo de tempo, um recorde histórico. Trocando em miúdos (ou em números): em torno de 50% do eleitorado do PT, e provavelmente até 15% do eleitorado do PSOL, optou pela abstenção ou o voto branco ou nulo, e isto de maneira “profundamente deliberada”. Este é um dos dados principais a ser levados em conta nas propostas circulantes de “reconstrução da esquerda”, para a qual não faltam gurus de todas as cores “progressistas”. É no mínimo superficial e impressionista estabelecer uma conexão direta e sem contradições entre as atitudes estudantis referidas à presença da PM na USP, em 2011, e a eleição de João Dória em 2015, devido a um suposto “aburguesamento” das “classes populares”⁵.

O outro aspecto principal para a tarefa de recomposição da esquerda é o da análise da natureza e profundidade da crise econômica do país (da qual decorre a crise política, e não o contrário, como tenta fazer crer a burguesia cabocla), crise geralmente desconsiderada ou considerada politicamente secundária por aqueles que consideram que a esquerda tem uma apenas função ideológica dentro da valsa das ideologias necessária ao bom funcionamento da democracia, sem especificar que tipo de democracia, o democracia de que classe, se trata.

De modo óbvio e autoiludido, o governo Temer e a classe capitalista em seu conjunto interpretaram o resultado eleitoral municipal como o enterro do “discurso (ou tese) do golpe” e do “Fora Temer”, que animou importantes manifestações de rua na véspera do pleito. O governo lançou (e aprovou comodamente na Câmara, com 366 votos contra 111) a PEC 241, que visa à destruição de *todas* as conquistas e direitos sociais do país como meio (também ilusório) para sair da crise econômica. É politicamente limitado (portanto, também limitadamente errado) afirmar que “a regra garante por meio de uma alteração na Constituição que, independente de quanto se arrecadar, o debate econômico e o conflito distributivo sobre o orçamento público fiquem restritos por vinte anos a uma disputa sobre um total já reduzido de despesas primárias, onde os que detêm maior poder econômico e político saem vencedores”, como fez a economista uspiana Laura Carvalho. A PEC é só o Cavalo de Tróia das reformas trabalhista e previdenciária, destinadas estas a provocar, a primeira, uma queda histórica do valor da força de trabalho, e a segunda a pôr sob o controle e exploração privada o “salário indireto” recebido pelo trabalhador ao longo de uma vida, reformas sem as quais a PEC não passará de uma folha de parreira (ou de papel higiênico), como se encarregaram de enfatizar os editores dos principais meios de comunicação (patronais).

Uma PEC, por outro lado, que não pode ser desvinculada da reforma política que visa eliminar boa parte dos partidos políticos (visando principalmente à esquerda) sob o pretexto de sua multiplicação

(35 atualmente, contra 27 em 2008) e da acentuação da repressão social, com a anunciada declaração do “estado de emergência” (policial e militar) em várias capitais e até no país todo, sem falar na abertura do filé mignon da economia nacional ao capital financeiro multinacional. Devido a isso, e à própria crise econômica e política, é um erro limitar as perspectivas políticas futuras imediatas a uma “resistência” (ou limitação) da ofensiva “econômica” antioperária e antipopular do governo, como estão fazendo as centrais sindicais, inclusive a própria Conlutas, que fez “um chamado à construção de uma mobilização unitária e de uma greve geral contra as reformas da Previdência e Trabalhista, a Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, que está em trâmite no Congresso Nacional, e o Projeto de Lei da Câmara 54/2016 (ex-PLP 257/2016)”.

O chamado à luta unitária (inclusive a centrais que já estão negociando com o governo a reforma trabalhista) não pode substituir a proposta e a agitação política. Como mostraram as mais importantes mobilizações recentes, é o combate político contra o governo (na perspectiva da luta pela *greve política de massas*) o único capaz de organizar a luta contra as medidas institucionais de Temer e consortes, PECs e PLs incluídos. O próprio governo sabe disso, sua tática consiste em garantir uma maioria política para suas medidas econômicas e sociais, sem a qual todas suas leis e emendas constitucionais não sairão do papel,⁶ uma tarefa política que está longe de concluída: “Derrotas importantes nessas duas frentes ditarão o fim precoce de seu mandato, tornando-o refém de uma base governista de múltiplos interesses. A mesma que apoiou Dilma e a abandonou”.⁷ A Procuradoria Geral da República já solicitou ao Congresso Nacional o arquivamento da PEC 241, argumentando sua (óbvia) inconstitucionalidade.

A PEC, como se sabe, determina a estagnação das despesas primárias no orçamento federal por vinte anos: elas só poderão ser reajustadas de acordo com o IPCA (um índice inflacionário perfeitamente manipulável, como o demonstrou recentemente o caso da Argentina), independentemente da trajetória do PIB e, sobretudo, das necessidades sociais. O atual mínimo constitucional é fixado pela PEC como teto. O Dieese simulou as consequências das regras propostas pelo governo federal caso elas tivessem sido implementadas nas áreas de educação e saúde desde 2003. O resultado revelou uma drástica redução de recursos aplicados em educação, na ordem de 47%, no período de 2003 a 2015. Já em relação às despesas com saúde, a redução seria de 27%.

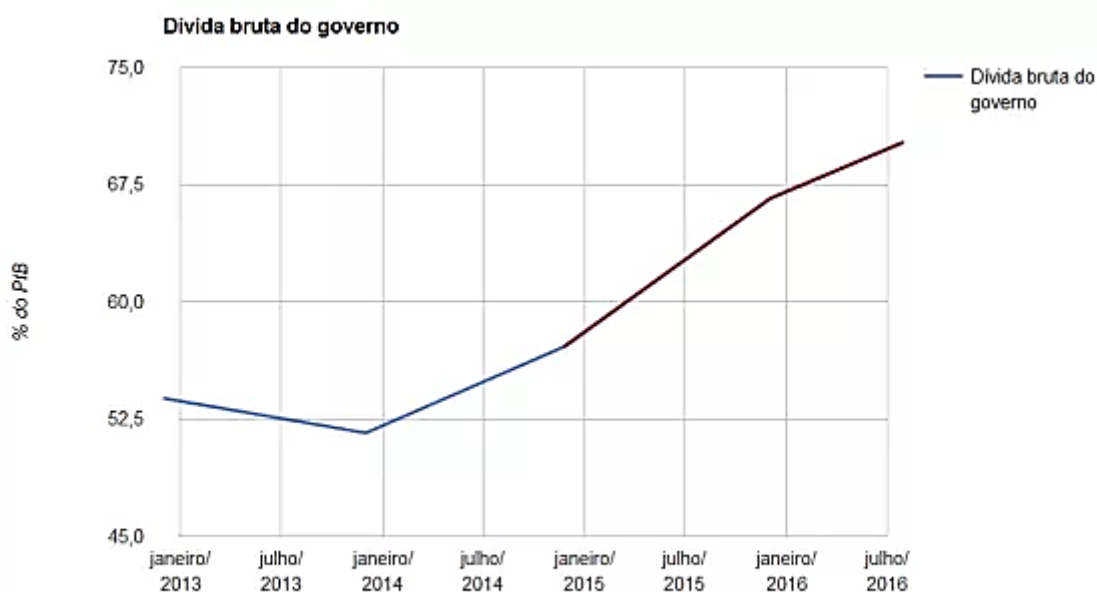
Em valores reais, isso significaria R\$ 377,7 bilhões e R\$ 295,9 bilhões a menos investidos nessas áreas, respectivamente. De [acordo com Laura Carvalho](#), com a aprovação da PEC 241/16, se o PIB brasileiro crescer nos próximos vinte anos no ritmo dos anos 1980 e 1990, passaríamos de um percentual de gastos públicos em relação ao PIB da ordem de 40% para 25%, patamar semelhante ao verificado em Burkina Faso ou no Afeganistão. E, se crescêssemos às taxas mais altas que vigoraram nos anos 2000, o percentual seria ainda menor, da ordem de 19%, “o que nos aproximaria de países como o Camboja e Camarões”. A PEC, sendo implementada a partir de 2017 e considerando vinte anos à frente, aponta perdas entre 654 bilhões e 1 trilhão de reais, nos gastos em saúde, dependendo do comportamento das variáveis PIB e RCL.⁸

Salomão Barros Ximenes qualificou, sem exagerar, a PEC 241 como um ataque à própria civilização no nosso país.⁹ Para que? A aprovação da PEC “seria apenas a garantia de sobrevivência em um tratamento longo e incerto... Caso aprove o teto, o governo tem mais chance de sobreviver, não necessariamente de dar certo”.¹⁰ Para isto, se apela para um recurso de exceção, transformando o Brasil “no único país que trata da questão dos gastos públicos mediante emenda na Constituição e por um período tão longo”. O mesmo colunista pôs o dedo na ferida ao apontar “o extraordinário custo de financiamento da dívida pública, que tem representado cerca de R\$ 500 bilhões ao ano (2015) e para o qual não há qualquer limitação. Apenas a crença de que, com a aprovação da PEC 241, eles serão naturalmente reduzidos”,¹¹ uma expectativa sem fundamentos. Foi apontado que “a diferença entre o limite da despesa autorizada pela PEC 241 para 2017 e aquela que está na proposta orçamentária para o próximo ano não vai ultrapassar R\$ 10 bilhões, muito pouco”.¹²



A PEC não resolve nada do ponto de vista capitalista, é apenas um instrumento *político* que precisa de outros: “Os economistas que fazem as contas no detalhe sabem que o teto precisa de parede, chão e tubulação para a casa não cair. Esses estudos estão vindo de todos os lados e não somente da oposição. É só ver o que aconteceu no Ipea, onde a presidência do órgão enquadrou a pesquisadora Fabiola Vieira que divulgou estudo contrário à PEC. Os números incomodam. A avaliação de muitos economistas é de que a quantidade de reformas necessárias para adequar o crescimento corrente da despesa ao proposto pela PEC é enorme. É o caso de estudo de outro pesquisador do Ipea, Manoel Pires, que fez simulações mostrando que o orçamento pode implodir, com investimentos públicos caindo até chegarem a zero”.¹³

Pelo mesmo artigo ficamos sabendo que “as simulações feitas até 2021 mostram que os principais itens de despesas obrigatórias continuarão crescendo muito acima do limite do gasto. Nesse caso, *elas deverão passar por uma redução significativa de R\$ 87 bilhões*. Mesmo com os efeitos de quatro reformas rigorosas, os resultados indicam que ainda haveria queda nominal de R\$ 14 bilhões”. Ou seja, para evitar um massacre social, afetando o salário, o emprego e a previdência social, o pagamento dos juros e do principal da dívida pública com o grande capital financeiro deve cessar de imediato: eis o primeiro ponto de um programa para a “reconstrução da esquerda”.



O papel do sindicalismo classista e da esquerda (a que deveria ser “reconstruída” ou “reprogramada”, segundo todo mundo afirma) consiste em opor sua própria política independente e *de classe* a essa política. O governo Temer pretende enterrar a questão (reforma) agrária entregando quase 754 mil títulos de terras (87.497 em 2016, 356.432 em 2017, 309.014 em 2018), suspendendo todas as desapropriações de latifúndios (improdutivos inclusive) e retirando o MST de toda atuação na reforma agrária (seleção de famílias beneficiárias de lotes, organização dos assentamentos): “Com a interrupção da criação de novos assentamentos e com a atribuição às prefeituras da competência de identificar as famílias que devem receber o título de propriedade, a nova política fundiária limita seriamente o poder dos movimentos sociais, em especial do MST”.¹⁴

Com o grande latifúndio capitalista baseado nas culturas transgênicas preservado, com o movimento camponês e popular esvaziado, a volta do processo de concentração e especulação agrária contra camponeses carentes de capital próprio será inevitável. O caminho para este desfecho foi preparado pelos governos petistas, que praticamente suspenderam a reforma agrária para agradar o agronegócio. O governo Dilma entregou, entre 2011 e 2015... 4.926 títulos de terra, quando finalmente o TCU determinou a paralisação do programa de reforma agrária do Incra.

A entrega do patrimônio nacional se acentuou com a aprovação do PL que desobriga à Petrobras de liderar todas as operações na exploração da camada do pré-sal (pela legislação precedente, a Petrobras atuava como operadora única dos campos do pré-sal, com uma participação mínima de 30% nos consórcios). As companhias multinacionais já estão apresentando ao Congresso novas mudanças na Lei de Partilha, acabando com a definição do polígono do pré-sal do litoral brasileiro. O governo brasileiro pode deixar de arrecadar até R\$ 331,3 bilhões em 35 anos com o leilão do pré-sal, segundo Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras no governo Lula. Sauer e o advogado Fábio Konder Comparato protocolaram na Justiça Federal, em São Paulo, ação popular pedindo a suspensão do primeiro leilão do pré-sal brasileiro, do campo de Libra. Para manter-se capitalista, o Brasil renuncia a atributos básicos da soberania nacional.

O caminho para a saída capitalista da crise está pavimentado pelo monstruoso crescimento do desemprego e a configuração de um monumental exército industrial (ou de serviços) de reserva. Aos 11,6 milhões de desempregados calculados no período de abril a junho passado somaram-se agora, com novas informações, 4,8 milhões de subocupados por insuficiência de horas de trabalho. Chega-se com isso a uma taxa combinada de 16% da PEA, correspondente a 16,4 milhões de pessoas desempregadas e subempregadas, em níveis cada vez piores de miséria social.

Nesse quadro de catástrofe social, “nasceram muitas categorias novas que não têm propriamente experiência ou tradição sindical. O telemarketing no Brasil, que hoje tem mais de um milhão de pessoas, é muito amplo e há burla enorme porque a terceirização é ilimitada. A desregulamentação é completa, como também ocorre na indústria do têxtil em São Paulo onde um contingente de trabalhadores latino-americanos e haitianos entram no processo de trabalho em condições marcadas pela informalidade, pela terceirização, pela ausência de direitos, pela precarização ilimitada. Em alguns casos chega a configurar trabalho escravo para grandes transnacionais”.¹⁵ A decomposição social resultante é funcional ao incremento da repressão social, que toma como pretexto o incremento da insegurança.

A tentativa de sair da crise da esquerda pela via de combinações eleitoreiras de curto (ou nenhum) fôlego é geral. A direção do PT (Lula e Dilma incluídos) acena com uma frente parlamentar de oposição, cedendo ao PDT sua liderança, com vistas às eleições presidenciais de 2018 para as quais se esboça uma frente com uma candidatura extra partidária (Ciro Gomes), favorecida pelo indiciamento criminal de Lula na Operação Lava Jato (que o inabilitaria eleitoralmente), e sem nenhuma perspectiva de luta de classes. Outros setores de esquerda, no PT ou fora dele, apresentam variantes mais à esquerda de políticas de cunho semelhante, incluídas as propostas de “frente de esquerda”, que todos aceitam e nunca se realiza, pois patina em definir previamente onde se situa a fronteira do que se define como esquerda, mas não a partir de critérios *de classe* e de um programa *de combate*.

Um conceituado Professor Emérito da USP lançou, desde as páginas de *Piauí*, uma proposta de “reconstrução da esquerda”, claramente apoiada na janela aberta pela degradingolada político-eleitoral do PT. Ruy Fausto define três “desvios” básicos da esquerda brasileira: o totalitarismo (originalmente stalinista, depois reproduzido por suas variantes “nacionais”), o “adesismo” (que o autor sintetiza no “cardosismo”, em referência a FHC) e, finalmente, o “populismo” (varguista no passado, chavista e assemelhados no presente). Isto, obviamente, abrangeria 99% da “esquerda realmente existente”, com exclusão dos trotskistas, que também estariam contaminados em graus variados pelas três doenças citadas. E cada um, claro, poderia tirar ou acrescentar aos “desvios” elencados seus próprios desvios mais odiados, o que não nos levaria longe, pois toda reconstrução da esquerda só poderia partir da afirmação do que a esquerda deveria ser, não daquilo que não deveria ser, pois a lista seria provavelmente interminável.

A tarefa não seria simples, pois, para Fausto, implicaria em “dissociar o projeto da esquerda da maioria dos projetos e políticas que se apresentaram como representativos dela, nos últimos 100 anos, na forma de práticas de Estado ou de partido, ou mesmo enquanto corpo de ideias... O ponto de partida de um eventual trabalho de reconstrução tem de ser a consciência de que vivemos no último século, por diferentes razões e sob diferentes formas, em algo assim como um período de alienação radical do projeto de esquerda em relação ao que ela representou na sua origem... Trata-se de combater infecções de ideias que prejudicam o movimento”.

Poder-se-ia comentar que soa pretencioso superar, a partir do Brasil (um país de fortes tradições messiânicas), um *século* de erros *mundiais* da esquerda. O mundo curvar-se ia, novamente (e, desta vez, hegelianamente) diante do Brasil. Não teria importância: a colocação tem o mérito de colocar (independentemente de suas próprias conclusões) a questão do balanço e do futuro da esquerda no Brasil num patamar histórico e internacional. Poder-se-ia afirmar, nesse plano, que a principal “alienação” da esquerda foi a de ter abandonado sua principal matriz programática: a perspectiva histórica de que as leis tendenciais do capitalismo levam-no em direção da sua autodissolução e da criação de situações revolucionárias, para as quais não existe saída progressiva (socialista) sem a intervenção e estruturação revolucionária da classe operária, baseadas num *programa*. Esse debate e essa alternativa estão abertas, objetivamente, pela crise econômica, social e política do Brasil, e percorre todas as correntes políticas da esquerda e todos os movimentos sociais e sindicais. Falta abri-las também subjetivamente, isto é, *politicamente*.

NOTAS

¹ Manutenção de operações de crédito (“pedaladas fiscais”) de 2014 em 2015, com atrasos nos repasses obrigatórios ao Banco de Brasil e ao BNDES; omissão de passivos no BB, na Caixa Econômica Federal, no BNDES e no FGTS, nas estatísticas da dívida pública de 2015; abertura de créditos suplementares por meio de decretos não numerados e incompatíveis com a meta de resultado primário das contas públicas.

² *Valor Econômico*, 1º de setembro de 2016.

³ “Descartada a presidente, voltam ao maço da política brasileira as 52 cartas de sempre. Curingas presidenciais como Dilma Rousseff e Fernando Collor não chegam a se misturar nesse baralho. Quem dá as cartas foi e é o PMDB” (José Roberto de Toledo. O crupiê do poder, *O Estado de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016).

⁴ Temer, que declarou sua intenção de desparelhar o governo federal, demitiu (entre junho e julho passados) 5.500 cargos federais comissionados (supostamente “petistas”) e contratou... 7.200 (para satisfazer os apetites dos caciques do PMDB e aliados).

⁵ Mauro Paulino e Alessandro Janoni. A eleição de 2016 começou em 2011, *Folha de S. Paulo*, 9 de outubro de 2016: “As diferentes tendências, mesmo dentro de um microuniverso restrito, já carregavam no discurso os marcadores de opinião pública que dominariam os protestos de 2013, as eleições presidenciais de 2014, as manifestações de 2015, o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição inédita de um candidato antipolítico no primeiro turno da eleição de 2016”. Isto porque os alunos abastados favoráveis à presença da PM na USP em 2011 seriam os mesmos que encabeçaram as manifestações de 2013 contra os aumentos de tarifas de transporte, o que é obviamente contrário à verdade, como testemunharam todos aqueles que aí estiveram presentes, inclusive este que aqui escreve.

⁶ Ou virarão uma catástrofe: “Se o teto (de gastos) passar, mas os outros ajustes não passarem, o teto terá sido um erro indiscutível. Não teremos desarmado a bomba fiscal, só nos deslocado com ela para um recinto menor... A Previdência vai comer um pedaço cada vez maior do bolo que ficará do mesmo tamanho por vinte anos... uma hora todo o gasto público será com aposentadorias” (Celso Rocha de Barros. A política da PEC 241, *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 2016). Onde ficarão os imprevisíveis juros da dívida pública? É o que o articulista não ousa perguntar. O governo já prepara a prorroga até 2036 da DRU (Desvinculação de Receitas da União) que permite remanejar livremente 30% das receitas vinculadas pela Constituição: miséria previdenciária e garantias ao grande capital financeiro vão de mãos dadas.

⁷ *Valor Econômico*, 1º de setembro de 2016.

⁸ Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Carta sobre PEC 241 e os impactos sobre direitos sociais, a saúde e a vida, 30 de setembro de 2016; segundo a qual, a PEC “implicaria em danos significativos à saúde e à vida das pessoas”.

⁹ Salomão Barros Ximenes. O ajuste fiscal e a vontade de quebrar o mastro civilizacional, *Folha de S. Paulo*, 18 de setembro de 2016.

¹⁰ Vinicius Torres Freire. Temer, esquerda e direita no brejo, *Folha de S. Paulo*, 9 de outubro de 2016.

¹¹ Antônio Correa de Lacerda. PEC 241, autoengano e a economia do lar, *O Estado de S. Paulo*, 15 de outubro de 2016.

¹² Ribamar Oliveira. Como gastar o dinheiro da repatriação, *Valor Econômico*, 6 de outubro de 2016. Segundo outro colunista, “é um mistério quanto vão crescer as receitas federais. O governo acredita que crescerão mais do que a economia, do que o PIB, o qual, estima-se, deve aumentar perto de 1,5% em 2017. Mesmo que tudo dê certo, é pouco” (*Folha de S. Paulo*, 5 de outubro de 2016).

¹³ Adriana Fernandes. Depois do teto, *O Estado de S. Paulo*, 15 de outubro de 2016.

¹⁴ Reforma da reforma agrária, *O Estado de S. Paulo*, 15 de outubro de 2016.

¹⁵ Ricardo Antunes. “Temer é capaz de regredir lei trabalhista à época da escravidão”, *Informandes* nº 62, setembro de 2016.

Oswaldo Coggiola é professor titular de história contemporânea da Universidade de São Paulo. Nascido na Argentina, é autor, entre outros livros, de *Introdução à teoria econômica marxista*, e organizou a edição da Boitempo do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels. Colaborador da revista semestral da Boitempo, a *Margem Esquerda*, também tem textos publicados nos livros *Curso Livre Marx-Engels*, organizado por José Paulo Netto e *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*, organizado por Ivana Jinkings e João Alexandre Peschanski. Colabora com o **Blog da Boitempo** esporadicamente.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/18/a-criese-do-brasil-capitalista-e-maior-do-que-a-quinada-a-direita/>

A PEC 241, a contrarreforma neoliberal e a Tragédia de Prometeu

"É importante entendermos a PEC 241 num contexto mais amplo do processo histórico. Ela se situa no bojo da reação neoliberal no Brasil, sendo ela a espinha dorsal da Agenda Infernal da coalização de direita que tomou de assalto o Palácio do Planalto. Ela sacramenta na Constituição Federal, a espoliação do fundo público pelo capital financeiro. Ao lado da Reforma da Previdência, que deve ocorrer logo a seguir; e da Reforma Trabalhista, levado a cabo pelo STF, algoz da CLT ao legislar a favor da terceirização e do negociado sobre o legislado, a PEC do Teto dos Gastos Públicos é o eixo principal da contrarreforma do capitalismo brasileiro. Enfim, mais uma vez, a classe dominante demonstrou ter verdadeira consciência de classe."

Posted on 19/10/2016 // 6 Comments

Por Giovanni Alves.

A mitologia grega representa um precioso acervo de imagens simbólicas da condição humana sob o domínio do capital, força estranha que nos sujeita aos desígnios dos deuses. Ao utilizarmos a figura mitológica de Prometeu, buscamos resgatar a imagem das (im)possibilidades de desenvolvimento humano nas condições históricas do capitalismo global do século XXI. Na verdade, Prometeu é a representação mitológica da potência humana. Prometeu (em grego: Προμηθεύς, “antevisão”), na mitologia grega é o titã, defensor da humanidade, conhecido por sua astuta inteligência, responsável por roubar o fogo de Héstia e o dar aos mortais. Zeus temia que os mortais ficassem tão poderosos quanto os próprios deuses, teria então punido-o por este crime, deixando-o amarrado a uma rocha por toda a eternidade enquanto uma grande águia comia todo dia seu fígado – que crescia novamente no dia seguinte. Na era da barbárie social, o fogo de Héstia roubado por Prometeu e dado aos mortais, está ameaçado irremediavelmente de extinção.

Nossa hipótese é que no século XXI, diante do aprofundamento da crise estrutural do capital e da longa depressão que atinge o capitalismo global após a crise financeira de 2008, presenciamos uma nova (e voraz) ofensiva do capital global contra o mundo social do trabalho, exacerbando, em amplitude e intensidade, a *barbárie social*, representada pelo processo de degradação da pessoa humana-que-trabalha. Enfim, trata-se de um fenômeno universal que se caracteriza pela dúplici garra da barbárie social: (1) a ampliação da *nova precariedade salarial* e (2) a espoliação do fundo público pelo capital.

O Brasil, como território privilegiado das misérias humanas do capitalismo do século XXI, expõe com vigor o novo sociometabolismo do capital. Como “país do futuro” e mirante da paisagem bizarra do capitalismo global em sua etapa de crise estrutural, o Brasil, depois do golpe de Estado de 2016, representa efetivamente, aquilo que denominamos de a tragédia de Prometeu. É o país capitalista que aparece no século XXI como *locus* privilegiado das contradições sociais que caracterizam nosso tempo histórico, articulando, de modo intensivo, *hipermodernidade* e *decrepitude civilizatória*. Talvez possamos dizer que o Brasil é a representação histórica daquilo que Robert Kurz nos idos da década de 1990 denominou de “capitalismo catastrófico”, isto é, o capitalismo desenvolvido que tornou-se incapaz de realizar suas promessas civilizatórias. Não somos mais *periféricos*, mas sim, *centro* da civilização caduca do capital. Ulrich Beck em 1999, no livro *Um novo mundo feliz: A precariedade do trabalho na era da globalização*, criou a expressão “a brasilianização do Ocidente” para caracterizar o predomínio da precariedade salarial no século XXI. Naquela época, o Brasil da era neoliberal tornou-se modelo universal da insegurança social. O século XXI será o século *brasileiro*.

A tragédia de Prometeu ou a extinção do fogo civilizatório caracteriza-se, por um lado, (1) pela constituição do *complexo da precarização do trabalho* no sentido da constituição ampliada da *nova*

precariedade salarial, caracterizada pelas novas formas de contratação flexível e a disseminação da gestão toyotista acoplada a novas tecnologias informacionais; e da *precarização das condições de existência social do trabalho vivo*, implicando, por conseguinte, na *precarização da pessoa humana-que-trabalha*, expressa, por exemplo, pelo crescimento exponencial dos casos de adoecimento humano; e por outro lado, (2) pelo desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários com a captura do orçamento público pelos interesses do capital rentista parasitário. Desde 2010, a tragédia de Prometeu (precarização do trabalho e desproteção social) se manifesta, por exemplo, de modo contundente, na União Europeia e na América do Sul, dois polos históricos de resistência à ordem americanista nas últimas décadas de capitalismo global.

No caso da União Europeia, o modelo social europeu e seu *Welfare State* constituído no pós-guerra, foram exemplos do capitalismo social-democrata com seus anseios de compatibilizar capitalismo e bem-estar social. Entretanto, nas últimas décadas de capitalismo global (1980-2010), percebe-se a corrosão do Estado social europeu e a rendição da social-democracia às pressões do mercado financeiro. A profunda crise financeira de 2008 que atingiu a União Europeia e o Euro, moeda outrora concebida como alternava de dinheiro mundial em contraponto ao dólar, levou a Troika – a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), subordinada aos interesses do capital financeiro franco-alemão, a implantar políticas de austeridade neoliberal que estão aprofundando o desmonte do Estado social europeu, ultimo reduto de capitalismo social-democrata, exemplo-mor da possibilidade de concertação social entre capital e trabalho, herdado dos anos gloriosos de pós-guerra e do compromisso fordista. Nos primórdios do século XXI, não existem mais ilusões de compatibilizar capitalismo histórico e bem-estar social. O capitalismo neoliberal hegemônico na União Europeia reduziu direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, adotando políticas de austeridade que sacrificam o fundo público para socorrer bancos e desmontar a proteção social. Enfim, privilegiou-se irremediavelmente os interesses do capital financeiro em detrimento dos interesses do mundo social do trabalho.

Desde 2010, quando a Troika adotou políticas de austeridade neoliberal, a União Europeia não consegue fazer suas economias crescerem, constrangidas por uma política de contenção de gasto público e desmonte de direitos sociais com profundos impactos na demanda agregada que paralisam as economias. Podemos dizer que a década de 2010 será uma década perdida para a União Europeia e a crise das economias capitalistas da Zona do Euro deve se aprofundar caso as ameaças de prejuízos do Deutsche Bank, maior banco europeu, se confirmarem, com risco sistêmico imprevisível para a economia global. O Banco Central Europeu resiste em fornecer um pacote de ajuda para o banco alemão tendo em vista o debilitamento das finanças públicas por conta da crise financeira de 2008 quando os governos europeus (e norte-americano) foram obrigados a desembolsar trilhões de dólares para salvar instituições financeiras da falência.

A sangria do fundo público nos EUA e União Européia devido à crise financeira de 2008 foi imensa, prosseguindo depois no decorrer da década de 2010. Por exemplo, nos EUA, o plano de ajuda ao sistema financeiro, anunciado pelo governo Bush em 2008, ultrapassou a US\$ 2,6 trilhão; e a Europa, assolada ainda por um endividamento elevado, aumentou o seu intervencionismo para tentar conter a crise bancária e fiscal. Só na Inglaterra, em 2008, o pacote de nacionalização de instituições e ajuda ao setor bancário chegava a US\$ 1 trilhão. A Alemanha não ficou atrás. Na maior intervenção desde a queda do Muro de Berlim, o governo alemão anunciou uma ajuda recorde a bancos, de 500 bilhões de euros. Quatro anos depois, diante do calote da Grécia, houve outra onda de socorro, em 2012. Quatro instituições financeiras gregas receberam mais de US\$ 22 bilhões. Na Espanha, outros quatro bancos foram socorridos com um injeção de capital de US\$ 48 bilhões.

A captura do fundo público pelo capital obrigou os Estados capitalistas a atacarem a proteção social do mundo do trabalho com suas políticas de austeridade neoliberal (austeridade para o trabalho e ganância para o capital). O exemplo da Grécia (país berço da civilização e onde nasceu o mito de Prometeu) é sintomático. O sacrifício da sociedade grega para salvar bancos caracterizou os planos de ajustes da Troika, aprofundando o desmonte social da Nação grega. A ditadura dos mercados financeiros depois da crise de 2008 assumiu proporções homéricas.

No caso da América do Sul, a nova ofensiva neoliberal constitui-se *pari passu* à crise europeia, no decorrer da primeira metade da década de 2010, contra as experiências neodesenvolvimentista e pos-neoliberais construídas na década de 2000 contra a falência do modelo neoliberal da década de 1990. Portanto, a austeridade neoliberal na América do Sul – no caso, Brasil e Argentina – é o retorno das políticas de desmonte social e espoliação da Nação pelos interesses do bloco no poder oligárquico rentista-parasitário. É o retorno avantajado do velho modelo neoliberal que fracassou na década de 1990.

Vejamos o caso do Brasil, elo mais forte do imperialismo na América do Sul. O golpe de Estado de 2016 colocou no Palácio do Planalto, o vice-presidente da República Michel Temer, representando a coalização entre a direita neoliberal e a direita conservadora, maioria política no Congresso Nacional que expressa um espectro de reacionarismo político nunca visto na história da república brasileira. De modo voraz, o governo Temer agilizou no Congresso Nacional uma agenda de choque neoliberal que provocou o desmonte paulatino das políticas neodesenvolvimentistas implantadas nos governos Lula e Dilma (2003-2016). A arquitetura do neodesenvolvimento e a moldura dos direitos trabalhistas, sociais e previdências, desmancharam-se no ar em tão pouco tempo, demonstrando não apenas a fragilidades do projeto lulista de concertação social, um castelo de sonhos construído sobre a areia, mas a voracidade da nova ofensiva do mercado financeiro, verdadeira contra-revolução neoliberal que funda a nova república oligarquica burguesa.

Deste modo, o governo que nasceu do golpe de Estado promoveu um conjunto de contrarreformas neoliberais reestruturando as bases de acumulação do capitalismo brasileiro, operando e aprofundando a integração do Brasil na lógica do choque neoliberal que assolou o mundo capitalista após a crise financeira de 2008. A direita neoliberal em aliança com direita mafiosa incrustada no Congresso Nacional – máfia parlamentar eleita e financiada pelas grandes empresas, e em sua maioria com apoio dos “currais eleitorais” evangélicos – tornou-se a alavanca da profunda reação política e social contra direitos do mundo social do trabalho. Pode-se dizer que o verdadeiro golpe de Estado nasceu ironicamente da mesma eleição que sufragou Dilma Rouseff, reeleita Presidenta da República em 2014 (o Congresso Nacional eleito em 2014 representou uma das maiorias políticas mais conservadoras e reacionárias do parlamento brasileiro).

Em 2014, a esquerda reelegeu Dilma Rousseff (PT), mas a direita conseguiu eleger a maioria política do Congresso Nacional, tendo como operador-mor da máfia de direita, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB). Enfim, o segundo governo Dilma Rousseff, eleito em 2014, estava natimorto. Em 2015, a maioria política de direita no Congresso Nacional paralisou o governo com suas pautas-bomba. A pressão da mídia hegemônica e dos movimentos de direita nas ruas pelo *impeachment*, eram legitimados pelo STF e Ministério Público Federal. O *impeachment* sem crime de responsabilidade era o golpe de Estado, uma “crônica da morte anunciada” que percorreu o ano de 2015. Ao mesmo tempo, a Operação Lava-Jato conduzida pelo Juiz Sérgio Moro, seletivamente promovia a sangria do Partido dos Trabalhadores, construindo a imagem da corrupção como produto do PT no governo. O objetivo imediato era desestabilizar (e inviabilizar) o governo Dilma, paralisado pelas pautas-bomba no Congresso Nacional e cercado pelas manifestações da classe média conservadora manipulada pela mídia hegemônica.

Ao mesmo tempo, o próprio governo Dilma contribuiu para sua extinção. Devido a sua fragilidade política, rendeu-se ao programa de ajuste fiscal do adversário político. A indicação de Joaquim Levy para Ministro da Fazenda tornou-se um elemento do pré- golpe de Estado. Enfim, pressionada pelas circunstâncias, Dilma indicou um agente do “inimigo de classe” (a oligarquia financeira), homem do Bradesco, adotando uma política de ajuste fiscal que dissolveu sua base de apoio social. Levy fez o jogo do inimigo de classe ao criar o “clima econômico” para o golpe de Estado. Dilma Rousseff cultivou a ilusão tipicamente lulista de que poderia apaciar com concessões políticas, a voracidade das elites burguesas contra o PT e seu governo. Na verdade, o ciclo político do neodesenvolvimentismo se encerrou em 2014. A direita neoliberal no Brasil, com apoio da inteligência norte-americana (NSA e CIA), jamais aceitou a derrota eleitoral de 2014. A pulsão golpista seria ativada. Na verdade, o *coup d’Etat* de 2016 é apenas o ápice da escalada reacionária que se iniciou em 2013. Numa perspectiva retrospectiva, os anos de 2013-2016 foram efetivamente os três anos de desmonte do neodesenvolvimentismo.

O golpe de Estado de 2016 no Brasil consagrou a nova agenda neoliberal como exigência dos tempos de reação do capital financeiro na América do Sul e União Europeia. A PEC 241 é a peça principal, embora não exclusiva, da engrenagem do choque neoliberal no Brasil. É preciso vê-la como parte do movimento da totalidade concreta da crise do capitalismo brasileiro, crise compositiva da crise do capitalismo global do qual o Brasil é uma província privilegiada. Diante das contradições do capitalismo brasileiro predominantemente financeirizado, a disputa pelo Orçamento público tornou-se expressão-mor da luta de classes. Por isso, o novo regime fiscal no Brasil é um elemento de reação burguesa que se vincula ao quadro histórico mais amplo de predação global do capital financeiro contra o fundo público.

Entretanto, a crise do capitalismo global predominantemente financeirizado ocorreu no bojo da crise da hegemonia norte-americana como império neoliberal. Ao lado da ofensiva neoliberal na economia que atingiu o mundo social do trabalho, temos *pari passu* a ofensiva geopolítica dos EUA que visa reorganizar seu sistema de poder no Norte da África, Oriente Médio e América do Sul. Portanto, no bojo da reação neoliberal na economia temos os interesses geopolíticos dos EUA, guardião da ordem financeira global.

A partir da crise de 2008, a agenda imperial dos EUA incorporou a necessidade de combater na raiz às ameaças à hegemonia norte-americana no sistema mundial do capital. O foco do Pentágono, da NSA, da CIA e da OTAN tornou-se a Rússia e a China. Derrubar governos progressistas na América do Sul, principalmente do Brasil, aliados aos projetos hegemônicos da Rússia e China, tornou-se prioridade estratégica. Ensaios de *golpes brancos* tinham ocorrido no Paraguai (2012) e Honduras (2009). Essa *tática golpista de última geração* – que utiliza o Poder Judiciário e o Congresso Nacional como chave-mestra da reação burguesa – seria aplicada no Brasil (2016). Por um lado, financiar uma maioria política de direita no Congresso Nacional, dando legitimidade político-parlamentar ao golpe. Por outro lado, inserções na mídia hegemônica, manipulando a opinião pública, incitando e financiando movimentos de ruas de classe média, cooptando setores do aparelho de Estado como o Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal e parcelas importantes do Poder Judiciário, dariam efetivamente legitimidade social e jurídica à usurpação constitucional. Eis o jogo da geopolítica do Império articulando interesses do Dinheiro e Poder.

Enfim, o Brasil é peça-chave dos interesses do Dólar no Cone Sul, área geopolítica estratégica dos EUA. Os BRICS ameaçam efetivamente o poder do Dólar no século XXI. O Dólar, como dinheiro mundial, é a moeda que sustenta o Complexo Industrial-Militar dos EUA. Caso o Dólar perca seu protagonismo monetário no mundo, cai por terra o império norte-americano. Aliás, o que sustenta o Dólar é o protagonismo militar-financeiro dos EUA, tendo em vista as debilidades estruturais da economia norte-americana – no caso sua trilionária dívida interna. Por isso, torna-se uma questão de “*national security*”, deter a influência geopolítica dos BRICS. O cerco à Rússia pela OTAN é parte da estratégia imperial da qual o golpe de Estado no Brasil é parte compositiva. É muita ingenuidade política imaginar que o deslocamento geopolítico do Brasil no cenário global ficaria incólume para o Departamento de Estado norte-americano.

O arco de forças sociais e políticas da reação neoliberal no Brasil articulou, numa escala inédita, os poderes oligárquicos da Nação que reagem não apenas à geopolítica e economia do neodesenvolvimentismo, mas a *estratificação social* criada na era dos governos de coalizção do PT. Ao focar nos *pobres* com programas sociais e incentivar o surgimento dos *proletaróides*, pobres com cabeça burguesa, ansiosos pela mobilidade social via consumo; e empoderar movimentos sociais de minorias, principalmente das mulheres e da diversidade sexual, e criar a Comissão da Verdade que investiga crimes da ditadura militar, os governos de coalizção do PT provocaram, sem preparar-se para se defender à altura, as forças infernais do conservadorismo e reacionarismo brasileiro. Os governos de coalizção do PT provocaram alterações na estratificação social brasileira, sem educar politicamente sua base de apoio popular. Subestimaram as forças vivas do escravismo na sociedade brasileira. Pelo contrário, a educação das massas e das camadas médias assalariadas na era do neodesenvolvimentismo ficou a cargo da TV Globo e das Igrejas evangélicas, que aprofundaram a despolitização do povo brasileiro, manipulando à exaustão a linguagem das “teologias do neodesenvolvimentismo” (teologia da prosperidade, teologia do consumo de marcas e teologia do empreendedorismo).

O lulismo como estratégia de dissuasão da luta de classes, de modo ingênuo, não previu e nem se preparou para a nova conjuntura de disputa política-ideológica no Brasil e na geopolítica mundial na década de 2010. Enebriado pela capacidade de driblar os efeitos imediatos da crise de 2008 com políticas anti-cíclicas – uma crise vista naquela época como sendo uma “marolinha” – e pela eleição da sucessora em 2010, Lula, como narciso político, de tanto admirar-se no rio caiu na água, afundando-se. Ao optar buscar apoio nas forças políticas da ordem burguesa, foi devorado por ela, não percebendo que a crise de 2008 que se aprofundaria no Brasil com a crise europeia, terminou com o ciclo das *commodities* e desaceleração da China, além da queda dos preços do Petróleo, promoveria impasses cruciais na aliança política do neodesenvolvimentismo.

A burguesia brasileira decidiu em 2012, diante das perspectivas de crise profunda das contas públicas e do aumento do conflito distributivo, romper com o pacto neodesenvolvimentismo. Até a última hora, Dilma, herdeira do lulismo, tentou reconstruir a aliança com a burguesia brasileira, entregando os anéis do ajuste fiscal para a fração hegemônica da burguesia brasileira, o setor rentista-parasitário. Fracassou porque naquele momento a burguesia brasileira não se interessava mais em apoiar o projeto lulista, na medida em que ele, por si só, seria incapaz de promover aquilo que tornou-se necessidade urgente do capitalismo brasileiro diante da sua crise estrutural: as reformas de base na perspectiva do capital, adequando o capitalismo brasileiro à agenda de barbárie social do capitalismo global em sua etapa de crise estrutural. Como diria Antonio Carlos de Andrada, governador de Minas Gerais em 1926, “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

O golpe de 2016 foi apenas a reafirmação da pulsão golpista que caracteriza nosso capitalismo de via prussiana-colonial, capitalismo colonial-escravista permeado de revoluções passivas e contrarreformas liberais. Foi o governo Temer, ungido pelas forças infernais do liberal-conservadorismo brasileiro, comungando com o fascismo social liberado pela provocação da estratificação social do neodesenvolvimentismo, que foi designado, com apoio do Estado neoliberal, para operar as *reformas de base do capital*. A PEC 241 é a espinha dorsal da Agenda Infernal do novo Brasil velho, que deve nascer na última metade da década de 2010.

O Estado neoliberal no Brasil, construído na década de 1990 com as reformas de base dos governos Collor, Itamar e FHC, não foi alterado em seu núcleo orgânico, pelos governos de coalizão do PT (2003-2016). Os governos neodesenvolvimentistas não romperam com o Estado neoliberal. Pelo contrário, modernizaram o Estado político-oligárquico do capital construído pela ditadura civil-militar, preservado incólume pela Constituição de 1988 e reformado pela ótica gerencial na década neoliberal.

Temos salientado que os governos neodesenvolvimentistas possuíam em si e para si, um limite estrutural – eram governos de inclusão social – portanto generosos no gasto público com programas sociais focados nos pobres e transferência de renda – constrangidos ou convivendo com o Estado neoliberal como núcleo de poder. O lulismo preservou os “anéis do Senhor” neoliberal para garantir, de acordo com sua visão política, a governabilidade da ordem burguesa caduca no Brasil. Na verdade, incapaz de obter uma maioria política de esquerda, os governos de coalizão do PT, viram-se incapazes de aprovar Reformas de base que alterassem a dimensão oligárquico-política do Estado brasileira. Entretanto, a questão é outra – mesmo nos momentos de auge do neodesenvolvimentismo e popularidade de Lula e Dilma, os governos de coalizão do PT se recusaram a pautar na sociedade brasileira a necessidade de *Reformas de base*. O lulismo se recusou a educar as massas para os desafios do futuro e a disputa do orçamento público, temendo com isso, acirrar a luta de classes (o que ocorreria depois, mas numa conjuntura desfavorável para as forças de esquerda). Enfim, perdeu-se a oportunidade histórica para acumular forças sociais e políticas para o enfrentamento com a burguesia brasileira numa situação de crise da economia – obviamente, temendo a perda da governabilidade e o próprio golpe de Estado (o que ironicamente acabou ocorrendo de qualquer modo, mas sem nenhum ganho de consciência de classe para as massas da sociedade brasileira).

Uma das leis da história da luta de classes é que, numa situação de profunda crise da economia capitalista e acirramento do conflito distributivo, as forças sociais e políticas progressistas que estão no governo e que se recusam a fazer a luta de classes e pautar as reformas de base, estão condenadas a sofrer irremediavelmente a contrarreforma (ou contrarrevolução). Esta é a tragédia histórica da

socialdemocracia, que incapaz de abolir o sistema caduco do capital, lastreado no poder do Estado político-oligárquico, conduziu irremediavelmente a sociedade – no caso, o mundo social do trabalho – a sofrer a reação voraz das forças infernais da ordem burguesa. Foi o que aconteceu no Brasil.

O social-liberalismo dos governos de coalizão de Lula e Dilma libertaram as forças da reação liberal-conservadora e do fascismo social produzidas na era do neodesenvolvimentistas, alimentados pela profunda miséria espiritual das massas despolitizadas – com destaque para as camadas médias urbanas. Essas forças reacionárias da sociedade civil e da sociedade política neoliberal, compositivas do Estado neoliberal ampliado – acabaram por *devorar* o governo do “reformismo sem reformas”.

Portanto, é importante entendermos a PEC 241 num contexto mais amplo do processo histórico. Ela se situa no bojo da reação neoliberal no Brasil, sendo ela a espinha dorsal da Agenda Infernal da *coalizão de direita* que tomou de assalto o Palácio do Planalto. Ela sacramenta na Constituição Federal, a espoliação do fundo público pelo capital financeiro. Ao lado da Reforma da Previdência, que deve ocorrer logo a seguir; e da Reforma Trabalhista, levado a cabo pelo STF, alzo da CLT a legislar a favor da terceirização e do negociado sobre o legislado, a PEC do Teto dos Gastos Públicos é o eixo principal da contrarreforma do capitalismo brasileiro. Enfim, mais uma vez, a classe dominante demonstrou ter verdadeira consciência de classe.

Como disse a economista Maria da Conceição Tavares, a PEC 241 é Proposta de Emenda Constitucional mais maléfica jamais vista na história da República brasileira. Ao congelar por vinte anos o gasto público no Brasil ela praticamente inviabiliza o serviço público no Brasil, principalmente os serviços de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Na verdade, o Brasil que pode nascer desta contrarreforma capitalista será um País mais desigual e injusto do que tem sido, colocando em risco a própria coesão social da nação.

Mas desde que o Brasil se integrou à mundialização do capital na década de 1990, a Constituição de 1988 continha em si, profundas contradições entre direitos sociais, previdenciários e trabalhistas e o orçamento público demarcado pelos interesses do capital financeiro, inscritos no pagamento de juros da dívida pública. Para a burguesia brasileira predominante rentista-parasitária, a Constituição de 1988 não cabia no orçamento público. A crise do neodesenvolvimentismo apenas explicitou o profundo conflito distributivo entre as classes sociais. A Proposta de Emenda Constitucional 241 que tramita no Congresso Nacional em 2016 tornou-se apenas expressão da saída perversa que a burguesia brasileira, a partir do golpe de Estado de 2016, deu aos impasses criados pela disputa do Orçamento público numa situação de crise estrutural do capitalismo brasileiro, propondo um *novos regime fiscal* que consolida a espoliação do fundo público pelo capital.

A obsessão pela austeridade fiscal sempre foi um traço orgânico do Estado neoliberal no Brasil que teve na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000 sua primeira expressão político-administrativa. Naquela época, a fração da burguesia rentista-parasitária, que acumulou poder político na “década neoliberal”, tornando-se a fração hegemônica do bloco no poder burguês, traduzia na nova regra orçamentária a obsessão com a austeridade fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101 – entrou em vigor em 4 de maio de 2000 sob o governo Fernando Henrique Cardoso. As novas medidas de controle fiscal visavam satisfazer interesses dos investidores do mercado financeiro que reivindicavam a solvabilidade do Estado no pagamento dos dividendos da dívida pública, verdadeira estufa dos interesses do capital financeiro.

O problema da Lei de Responsabilidade Fiscal não era, a rigor, o controle dos gastos públicos, mas sim o viés metodológico das novas regras fiscais que focava nas *despesas primárias* do governo, excluindo de seus cálculos, os juros e de amortização da dívida pública. (O governo faz dois tipos de gastos: os gastos primários e o gasto com o pagamento de juros da dívida pública. Os gastos primários são os gastos com saúde, educação, assistência social, cultura, defesa nacional etc). Pela LRF, tornou-se crime o administrador público da União, Estado ou município, gastar acima de limites estipulados, evitando, deste modo, o endividamento. Entretanto, a LRF não limitava os outros gastos do governo: o pagamento de juros da dívida pública interna. Portanto, a seletividade da LRF denunciava sua vinculação aos interesses rentistas-parasitários que se acomodavam nas entranhas do Banco Central e sua política monetária de juros altos.

O regime da LRF permitiu o aumento do gasto público num cenário de crescimento da arrecadação. Foi o que aconteceu na era do neodesenvolvimentismo, propiciando a expansão das políticas sociais e o crescimento dos serviços públicos. Excetuando os dois últimos anos (2014 e 2015), os governos Lula e Dilma fizeram superávit no orçamento primário. Sempre gastaram menos do que arrecadaram. Em todos os anos, sem exceção. Inclusive, no período 2003-2013 (11 anos), o setor público fez despesas primárias em valores sempre inferiores às suas receitas. Portanto, fez superávit.

A verdadeira origem do déficit orçamentário não reside naquilo que a LRF ou a PEC 241 “demoniza” – as despesas primárias, mas sim as *despesas com o pagamento de juros da dívida pública* que são elevadíssimas. O motivo do déficit orçamentário no Brasil é a dominância dos interesses do capital financeiro incrustados na dívida pública do País. Quando há crescimento da economia e, então, as receitas são suficientes, o governo faz superávit primário. Mas sempre faz déficit orçamentário (ou nominal) porque as despesas com juros superam a economia que o governo fez nas áreas da educação, saúde, saneamento, cultura etc. (Por exemplo: em 2015, apesar da contenção de despesas, o aprofundamento da recessão e elevação das despesas com juros, o déficit público explodiu atingindo 10,4% do PIB, sendo causado em 82% por juros, 13% por perda de arrecadação e apenas 5% pela elevação de despesas, mesmo tendo pago R\$ 55,6 bilhões de pedaladas fiscais feitas antes de 2015. Em 2016, o déficit fiscal deve se aproximar novamente de 10% do PIB, com explicação semelhante à ocorrida em 2015).

Esta é a grande verdade que os ideólogos do capital financeiro querem ocultar; e como demonstram vários economistas de renome, as despesas públicas com juros são elevadas, não porque o montante da dívida é exorbitante, mas sim porque a taxa de juros Selic que remunera quem tem títulos da dívida pública é alta demais. O governo Temer ao invés de atacar as causas imediatas da questão fiscal – juros, recessão/perda de arrecadação com renúncia fiscal para grandes empresários e evasão fiscal, taxação de grandes fortunas, e contenção de despesas, nessa ordem, foca apenas nas despesas primárias (gastos com saúde, educação, assistência social, cultura, defesa nacional etc.). Trata-se de uma opção de classe que preserva os interesses da burguesia rentista ao desprezar a redução imediata dos juros e o combate a evasão fiscal e retirada de benefícios fiscais para grandes empresas.

Na verdade, a relação dívida/PIB vai continuar subindo dos atuais 70% do PIB podendo ultrapassar 100% do PIB em poucos anos caso não recuem de forma rápida e significativa as taxas de juros que incidem sobre ela (o que improvável tendo em vista os interesses rentistas incrustados no Banco Central do Brasil) e haja estímulos para o crescimento (o que é improvável não apenas devido à perda de capacidade estratégica do investimento público, mas as incertezas da economia global).

Enfim, o novo regime fiscal previsto na PEC 241/2016, que congela por 20 anos a despesa primária (que exclui juros) do governo federal, incorpora o mesmo viés da LRF – levar em consideração apenas os gastos primários, desprezando o pagamento com juros e amortização da dívida pública. A PEC 241 é uma nova (e mais perversa) Lei da Responsabilidade Fiscal que sacrifica a seguridade social e a educação desmontando os serviços públicos nas próximas décadas mas deixando incólume os gastos com o pagamento de juros que hoje compromete quase 1 trilhão de reais do orçamento da União (63 bilhões é o tamanho da perda estimada para a saúde com a PEC 241).

Portanto, a PEC 241 atinge as camadas médias assalariadas e os pobres preservando os interesses dos bancos e dos rentistas. Enfim, trata-se não apenas da desfiguração do modelo de Estado social e democrático de direitos previsto pela Constituição Federal de 1988, mas o próprio tiro de misericórdia na parte social da Constituição-Cidadã, na medida em que pretende impor limites para a fixação das despesas dos poderes da União e órgãos autônomos federais, significando em termos práticos, negação de acesso aos direitos sociais de parcela cada vez maior e crescente da população brasileira ao longo dos próximos 20 anos. Serão reduzidos os recursos a serem destinados às áreas no Governo Federal, estadual e municipal.

A nova contrarreforma neoliberal da década de 2010 é mais virulenta do que aquela que ocorreu na década de 1990, não apenas porque a nova ofensiva neoliberal ocorre numa década em que não existem mais as energias coletivas contestatórias que haviam ainda na década de 1990, oriundas da década passada (a década de 1980 foi uma década de “explosão do associativismo” no Brasil); mas

porque a contrarreforma neoliberal originou-se de um *golpe de Estado* e instauração de um *Estado de exceção* que se contrapõe vorazmente às veleidades reformistas da esquerda socialdemocrata de mudar a ordem burguesa preservando, ao mesmo tempo, seus pilares (o lulismo, tal como populismo, pode ser considerado uma forma de revolução passiva amesquinhada); mas também porque a conjuntura geopolítica e econômica da década de 2010 é uma conjuntura de crise estrutural do capitalismo global (o que não havia na década de 1990).

Finalmente, qual o sentido da Tragédia de Prometeu no caso do Brasil?

É a efetivação, por um lado, das misérias do capitalismo flexível, com a ampliação da contratação precária devido à Reforma Trabalhista (levada a cabo no Supremo Tribunal Federal) e a exacerbação da gestão toyotista acoplada às novas tecnologias informacionais por conta do aumento da concorrência dos múltiplos capitais e a busca por maior desempenho e produtividade. Vislumbra-se nos próximos anos o aprofundamento das novas formas de precarização do trabalho no Brasil não apenas pela ampliação da *informalidade e nova precariedade salarial*, mas também, num cenário de crise persistente e prolongada da economia brasileira. A nova *pressão laboral ou o assédio moral* organizacional deve se tornar uma praga infernal nos locais de trabalho. Ao lado da informalidade e nova precariedade salarial – com destaque para o setor público – teremos a ampliação da *precarização das condições de existência social do trabalho vivo* com o aprofundamento da crise e mobilidade urbana (pelo menos, infraestrutura e segurança pública, tendo em vista a restrição de recursos para Estados e municípios); insegurança alimentar e predação ambiental, por conta do sucateamento das agências regulatórias como ANVISA e IBAMA; exacerbação da miséria cultural, por conta da agudização do capitalismo manipulatório baseado no apelo ao consumo e à imbecilização cultural; e exploração da miséria espiritual (*crise de sentido e ensimesmamento*) pelas igrejas neopentecostais, verdadeiras máquinas de exploração da fé popular e “curral eleitoral” para o neopentecostalismo de direita. Teremos a vigência plena do *modo de vida just-in-time* e o fenômeno da *vida reduzida* por conta das forças do mercado que aumentam o giro do capital. Essa degradação das condições de existência do trabalho vivo e o ambiente laboral mórbido – formas de precarização do trabalho vivo – deverá ser um celeiro de *adoecimentos laborais*, principalmente transtornos mentais num quadro de degradação do sistema público de saúde.

Enfim, teremos a degradação da pessoa humana-que-trabalha, com destaque para a irrupção das lutas sociais do *precariado*, a camada social do proletariado constituído pela juventude altamente escolarizada inserida em condições de vida e trabalho precários, caldo cultural de energias contestatórias à esquerda e à direita. Num cenário de crescimento das lutas sociais, principalmente de movimentos sociais urbanos como o MTST ou ainda o MST, ou movimentos de estudantes secundaristas contra o desmonte do ensino médio público, coloca-se a necessidade de canalizar as energias contestatórias para as causas da esquerda social.

Mas a tragédia de Prometeu incorporou outra dimensão da barbárie social: a espoliação do fundo público pelo capital financeiro. A PEC 241, como vimos acima, é a plena expressão da *acumulação por espoliação* (David Harvey), que desmonta a proteção social penalizando não apenas *pobresmas* o mundo social do trabalho, incluindo as camadas médias assalariadas, imersos cada vez mais, na nova precariedade salarial que, no caso do Brasil, caracteriza-se pela superexploração da força de trabalho: longas jornadas, intensificação do trabalho e baixa remuneração salarial.

Um mundo do trabalho empobrecido sem capacidade aquisitiva em sua maioria para usufruir das ofertas de saúde e educação privadas que ocupam espaço da saúde e educação pública sucateada – a proletarianização das camadas médias, principalmente dos assalariados do setor público, atingirá dimensões inéditas na história da República, prejudicando o funcionamento da máquina pública que presta serviços públicos para a população brasileira. Deve-se salientar ainda a situação dos *trabalhadores velhos – não apenas os pobres, mas os velhos de “classe média”* – penalizados por mais tempo de vida reduzido a trabalho e penalizados por adoecimentos decorrentes da degradação da velhice sem amparo num sistema público de saúde – num país em que a curva demográfica se inverteu e estamos envelhecendo cada vez mais.

Enfim, está é a tragédia de Prometeu no sentido da perspectiva da extinção do fogo civilizatório. Prometeu sacrificou-se dando o fogo para a raça humana. Por conta das misérias da ordem do capital e sua crise estrutural, a raça humana – ou a classe dos capitalistas – imbuída da avidez pela riqueza abstrata, enlouquecida pela lógica do capital em sua forma mais fetichizada (o capital dinheiro rentista parasitário) visa estranhamente apagar o fogo civilizatório.

A PEC 241 é uma PEC que desmonta a civilização brasileira tal como nós a conhecemos. Reduzir gastos públicos durante vinte anos no país capitalista mais desigual do mundo não é só uma insensatez política, mas um crime contra a humanidade. Talvez, no futuro, caso possamos derrubar está medida legislativa esdrúxula, deveríamos, como dever moral, instaurar um novo Tribunal de Nuremberg para punir os *canalhas* da nação brasileira. Mas isso só ocorrerá numa nova ordem social e política emancipada das misérias do capital.

Trabalho e subjetividade (Boitempo, 2011), de Giovanni Alves, já está à venda também em formato eletrônico (**ebook**) nas lojas da [Gato Sabido](#) e [Livraria Cultura](#). O autor conta com um artigo na coletânea **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**, à venda em ebook por apenas R\$5 na [Gato Sabido](#), [Livraria da Travessa](#), dentre outras. Giovanni Alves conta também com o artigo “Trabalhadores precários: o exemplo emblemático de Portugal”, escrito com Dora Fonseca, publicado no Dossiê “Nova era da precarização do trabalho?” da revista **Margem Esquerda 18**, já à venda em ebook na [Gato Sabido](#).

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais pela Unicamp, livre-docente em sociologia e professor da Unesp, campus de Marília. É pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade em pesquisa e coordenador da Rede de Estudos do Trabalho (RET), do Projeto Tela Crítica e outros núcleos de pesquisa reunidos em seu site [giovannialves.org](#). É autor de vários livros e artigos sobre o tema trabalho e sociabilidade, entre os quais **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo** (Boitempo Editorial, 2000) e **Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório** (Boitempo Editorial, 2011). Colabora para o **Blog da Boitempo** mensalmente, às segundas.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/19/a-pec-241-a-contra-reforma-neoliberal-e-a-tragedia-de-prometeu/>

A democracia sob censura: Golpe de Estado, nova era de dominação burguesa e horizontes da esquerda no Brasil

"Cabe às esquerdas buscar elementos comuns a partir de sua diversidade para se unificarem numa frente política, cultural e ideológica nacional-popular e antifascista. Trata-se da confrontação entre perspectivas civilizatórias num contexto de eclipse da democracia liberal burguesa."

Posted on 20/10/2016 // [2 Comments](#)

A derrota das esquerdas nas eleições municipais

As eleições municipais de 2016 revelaram um brutal recuo das esquerdas no país, atingindo principalmente o Partido dos Trabalhadores, que perdeu mais de 10 milhões de votos e 60% da votação obtida para prefeito em 2012, mas também o PSOL que reduziu-a em 12,6%, além do PC do B em 6%, PCB em 46% e PSTU em 56%.

Qual a razão deste recuo e para onde foram estes votos?

A principal razão da derrota das esquerdas foi o colapso político do PT como partido hegemônico no Brasil. Este colapso deve ser buscado num conjunto de fatores.

O primeiro e mais importante fator foi a ruptura do governo Dilma com o programa nacional-desenvolvimentista que estruturou sua campanha. Após denunciar os interesses financeiros presentes na campanha de Marina Silva e de Aécio Neves, Dilma nomeou Joaquim Levy para ministro da Fazenda, por indicação do Presidente do Bradesco, então sua primeira opção para o ministério, e rompeu definitivamente com o projeto desenvolvimentista que ensaiou no primeiro mandato, impondo forte elevação das taxas de juros e corte de gastos públicos que aumentaram fortemente o desemprego e derrubaram sua popularidade ainda a primeiro semestre de 2015. Se no primeiro mandato, o governo Dilma reduziu as taxas de juros de 12,50% a 7,25%, entre julho de 2011 e março de 2013, e o peso dos juros na economia de 5,4% a 4,5% do PIB de 2012 a 2013, a partir de março e principalmente das jornadas de junho de 2013 reverteu este movimento, acelerando fortemente a nova tendência após as eleições de outubro de 2014, quando a taxas de juros saltaram de 11% para atingir 14,25% em julho de 2015. O resultado foi a abrupta elevação nas despesas com juros que chegaram a 8,5% do PIB em 2015, a recessão econômica, a elevação do desemprego de 4,3% em dezembro de 2014 para 7,5% em julho de 2015 e 11,3% em maio de 2016, e a queda dramática da popularidade da Presidente de 46% em outubro de 2014 para 13% em abril e 9% em julho de 2015.

O segundo fator foi a ofensiva golpista da direita. Esta ofensiva que estava inicialmente localizada nos segmentos político-partidários derrotados na eleição presidencial de 2014, principalmente o PSDB, ganhou folego com a queda de popularidade da Presidente e alcançou a adesão das principais associações empresariais entre o fim de 2015 e março de 2016, articuladas por forte campanha midiática organizada pela Rede Globo. É altamente provável que tenha cumprido papel importante na articulação golpista a espionagem realizada pelo Estados Unidos desde 2011 sobre a Petrobrás e os principais integrantes dos governos Dilma como denunciada por documentos vazados por Edward Snowden em 2013. Esta articulação envolveria a Agência Nacional de Segurança estadunidense, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, a Rede Globo de Televisão, lideranças estratégicas dos grandes partidos políticos conservadores e setores do poder judiciário brasileiro. Todavia a campanha golpista dificilmente teria alcançado seu objetivo não fossem os graves erros estratégicos do governo Dilma e dos governos petistas, que criaram as condições objetivas para o seu êxito. Entre os graves erros estratégicos cometidos estão: a) a política recessiva adotada desde maio de 2013, sob pressão do capital financeiro, em favor do rentismo, e que teve como objetivo desorganizar o movimento popular e inverter a trajetória de crescimento das greves no país desde 2008, que impulsionadas pelo funcionalismo público atingem o setor privado, tornando 2013 o ano recorde em greves da história do país desde 1990; b) a confusão entre republicanismo e defesa do corporativismo do Poder Judiciário expressa tanto na prática dos governos petistas de nomear o Procurador Geral da República a partir de eleição entre os procuradores, quanto na promulgação das leis antiterrorismo, onde se encontra a lei de delação premiada, que institui a colaboração premiada e atribui amplas prerrogativas aos juízes, que passaram a utilizar a detenção e o perdão judicial como meios de obtenção de provas para atingir alvos políticos. Criou-se assim uma engrenagem representada pelo corporativismo do Ministério Público e pela ampliação da autonomia dos juízes que passou atuar com amplíssima margem de liberdade do controle social e público e tornou-se um dos pilares da transição ao Estado de exceção no Brasil; e c) a manutenção do monopólio midiático das grandes empresas de comunicação no

Brasil, seja pela inexistência de qualquer tipo de iniciativa mais consolidada para o estabelecimento de lei de meios no Brasil, seja pela decisão de não integrar a Telesur ao Brasil como canal aberto, o que, de se realizar, contribuiria para o desenvolvimento da consciência social e política do povo brasileiro e para a ampliação do espaço das esquerdas nos meios de comunicação de massa.

O terceiro fator que determina o colapso do petismo é a incapacidade de reação de suas principais lideranças diante do golpe de Estado. Surpreendida pela ruptura do pacto de poder com o grande capital que não aceitou, como classe dominante que é, adotar indefinidamente a concepção sindicalista de poder do PT – que oferecia a defesa dos interesses estratégicos da acumulação burguesa em troca da direção política e cultural do país, descolando os interesses econômicos de uma concepção sistêmica de poder –, a cúpula petista demonstrou não ter nenhuma estratégia de mobilização popular para o confronto, acomodando-se defensivamente a ordem vigente esgotadas as iniciativas institucionais, não obstante declarações retumbantes de oferecer a mais tenaz resistência ao golpe de Estado. A reação da cúpula petista diante do golpe de Estado e seu aprofundamento contrasta radicalmente com a iniciativa de Brizola em 1961 que, diante da ameaça de golpe militar, tomou a dianteira da resistência, criou a rede da legalidade, denunciou o plano estratégico dos golpistas e chamou à resistência popular.

O colapso do PT como partido hegemônico abriu um espaço de poder que foi ocupado em grande parte pela direita. Esta beneficiou-se da ruptura do vínculo de confiança entre as grandes maiorias da população e o PT, bem como da vulnerabilidade de um eleitorado que perdeu a capacidade de organizar-se com a recessão, viu sua vanguarda política capitular e possui precários níveis de escolaridade, pois 50% dos eleitores não completaram o ensino fundamental, 70% não têm ensino médio completo e menos de 6% possuem ensino superior completo. Estruturada através do monopólio midiático, dos grandes conglomerados empresariais evangélicos e das milícias, beneficiando-se da divisão entre os partidos de esquerda, a direita lançou forte campanha anticomunista e antissocialista ampliando sua votação em aproximadamente 8,8 milhões de votos, enquanto os votos nulos, brancos e abstenções se elevaram em 5,5 milhões, e todos partidos de esquerda sofreram retração na votação alcançada em 2012, sendo maior deles o PT, seguido em termos proporcionais pelo PSTU e o PCB.

O Fim da Nova República: A democracia sob Censura

A Nova República no Brasil marcou um período de redemocratização que se inscreveu no contexto de transição no Cone Sul dos Estados de contrainsurgência para Estados de quarto poder ou democracias liberais. Este período se abriu em razão dos limites que os Estados de contrainsurgência estabeleciam para o grande capital internacional como modelo político de dominação – uma vez cumprida sua missão de destruir os movimentos sociais nacionalistas e populares –, seja em função dos projetos subimperialistas das frações militares que abrigavam e desafiavam o lugar destinado à periferia na divisão internacional do trabalho e no sistema interestatal, seja em função da rigidez que apresentavam para atender às pressões por democratização no contexto cíclico de egressos de capitais estrangeiros e crise da dívida externa. Diante deste cenário, dois projetos disputaram pelo alto as vias da redemocratização, representando em linhas gerais as estratégias das frações civis e militares do grande capital: de um lado, o do Estado de 4ª poder, pelo qual subordinavam-se os mecanismos competitivos da democracia a dispositivos de controle institucionais impostos pelos militares, criando-se uma democracia limitada e restringida; e de outro lado, o da democracia liberal, pelo qual a burguesia centrava o seu poder no parlamento, transformando-o em balcão de negócios diante de um Presidente fraco, utilizando o monopólio midiático como mecanismo de controle e blindagem da opinião pública frente a ofensiva das esquerdas. Estes projetos não se excluíam necessariamente mas disputavam a primazia da redemocratização¹.

O caso mais evidente de primazia do Estado de 4º poder foi o Chile que, através da constituição de 1980 imposta pelos militares, estabeleceu a existência de senadores biônicos e vitalícios e de um sistema de voto que garantiu à direita força no Parlamento para impor o seu poder de veto às transformações constitucionais oriundas da competição eleitoral. Por este sistema de votação, ainda vigente, dividiu-se o país em 60 distritos que elegiam dois representantes, permitindo-se a um

mesmo partido eleger a ambos apenas quando apenas alcançasse o dobro da votação do segundo colocado. No Brasil, ainda que a promulgação de uma nova constituinte tenha sido realizada em articulação com os limites institucionais do Estado de 4º poder – como foram a presença de um Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral e de um Parlamento permeado pela presença de senadores biônicos que foram decisivos para estabelecer a forma congressional do processo constituinte –, o modelo político caminhou na direção da democracia liberal e do Presidencialismo de coalizão. Todavia nunca se eliminaram importantes dispositivos do Estado de 4º poder, como a lei de anistia imposta pela ditadura militar, negligenciaram-se as recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos de que crimes continuados poderiam ser julgados mesmo na vigência desta lei, e tornaram-se letra morta os novos dispositivos constitucionais que se chocavam com as estruturas criadas ou aprofundadas durante a ditadura, como o monopólio dos meios de comunicação, o rentismo e o latifúndio².

Todavia a transição rumo à democracia liberal controlada pela aliança entre burgueses e militares para uma redemocratização lenta, gradual e segura foi profundamente desafiada pela emergência do projeto de desenvolvimento nacional-popular que transbordou os limites desta aliança. Esta emergência se manifestou na promulgação de uma Constituição voltada para afirmação de direitos sociais, na aliança entre petistas e trabalhistas que quase triunfou nas eleições de 1989 e na vitória da candidatura de Luiz Ignácio da Silva em 2002, apoiado por forças nacionalistas e de esquerda. A profunda desmoralização de liberais e conservadores, a partir da crise do consenso de Washington e de sua derrota devastadora no pleito de 2002, colocaram a direita na defensiva, da qual tentou se livrar produzindo em 2005 uma campanha midiática com denúncias de corrupção no governo Lula, que afetou parte de seus integrantes, sem conseguir atingir o Presidente e a sua capacidade de renovar sua liderança política e principais colaboradores.

Os governos petistas estabeleceram uma política centrista que se de um lado articulava-se centralmente com as frações rentistas do capital financeiro e com o agronegócio; de outro, buscava também impulsionar segmentos do setor industrial vinculados à infraestrutura, petroquímica, siderurgia, agroindústria, telecomunicações e cosméticos; ampliar os serviços públicos e recuperar a administração pública profundamente golpeada pelo governos de Jose Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; desenvolver políticas sociais, como as de elevação do salário mínimo e de combate à extrema pobreza; e estabelecer uma política externa independente, multilateral com foco na integração sul-americana, nas novas potências emergentes e no Sul. As ambiguidades deste projeto centrista, que articulou a aliança entre um padrão de acumulação neoliberal dominante e o embrião de um projeto nacional-popular, foram mascaradas pelo boom de preços das commodities, que produziu importantes saldos comerciais entre 2003-2012, e pela enxurrada de capitais estrangeiros que ingressou na economia brasileira entre 2007 e 2014, financiando os déficits na balança de transações correntes a partir de 2008. Tais ambiguidades preservaram o padrão neoliberal e as posições defensivas nas quais se entrincheiravam liberais e conservadores, em momento de grande vulnerabilidade, temerosos de uma ofensiva mais radical do projeto nacional-popular que caminhava a ritmo lento e sob controle dos governos petistas para que não afetassem o centro de gravidade de suas políticas públicas orientadas pelos vínculos com o padrão neoliberal.

A elevação do crescimento econômico, impulsionada pelo boom exportador e pelas políticas de estímulo ao consumo dos setores de baixa renda, permitiu uma forte redução do desemprego e somada à recomposição numérica do funcionalismo público propiciaram a elevação do número de greves a partir de 2009 que, em 2013, alcançou o recorde desde 1990. Ainda que impulsionada pelo funcionalismo público, as greves alcançaram o setor privado e, combinadas com a elevação da escolaridade, a política de cotas sociais de acesso às universidades e a inclusão de filosofia e sociologia no ensino médio, produziram uma enorme explosão popular em 2013, que confrontou a reivindicação de direitos sociais contra a desigualdade associada à preservação do padrão neoliberal e às políticas subimperialistas de concentração industrial.

Pressionado duplamente pelo grande capital, para destruir as pressões sociais que se acumulavam em torno de um programa nacional-popular e para realizar uma nova ofensiva neoliberal sobre a economia brasileira, o governo Dilma realizou concessões que foram insuficientes para atender à

demanda da burguesia dependente e associada, mas que lhe destruíram a popularidade e colocaram os movimentos sociais na defensiva: desatou uma escalada de elevação das taxas de juros e um ajuste fiscal que inverteu a rota em direção ao pleno emprego, promulgou um pacote de leis supostamente destinado ao combate ao terrorismo que fortaleceu o poder dos organismos jurídicos repressivos no aparato estatal em detrimento dos controles democráticos, e apoiou o projeto de lei que flexibilizou o monopólio da Petrobrás no Pré-sal, introduzindo lhe um dispositivo onde a decisão final sobre o assunto cabe à Presidência da República. Esvaziado da sua popularidade, incapaz de apresentar um programa mais profundo de controle dos movimentos sociais, a quem pretendia representar, ou de introduzir dispositivos seguros para uma nova ofensiva neoliberal sobre os recursos estratégicos, a legislação trabalhista, a previdência, as políticas públicas e a política externa do Brasil, o governo Dilma estabeleceu um cenário ideal para o golpe de Estado: debilitou a si próprio, aos movimentos populares e ampliou os poderes do aparato jurídico-repressivo estatal preparando o terreno para a ofensiva neoconservadora.

O impeachment da Presidente Dilma, cuja ilegalidade flagrante se evidencia na decisão do Senado de lhe cassar o mandato, sem lhe atribuir crime de responsabilidade ao preservar seus direitos políticos, inaugura um novo golpe de Estado no país que marca a transição para uma nova era de dominação burguesa no Brasil.

O Golpe de Estado, nova ordem burguesa e frente antifascista

O golpe de Estado de 2016 marcou o colapso da Nova República, onde a redemocratização lenta, gradual e segura avançou o suficiente para ameaçar a hegemonia dos militares e dos neoliberais sobre o modelo político adotado no país. Em seu lugar impôs-se um novo regime político, que é uma síntese entre os Estados de contrainsurgência, de 4º poder e a democracia neoliberal, e cuja orientação de longo prazo é fascizante.

O novo golpe de Estado coloca em cena um processo de contrainsurgência que até aqui, diferentemente do golpe de 1964, centra-se muito mais na destruição de direitos políticos e sociais do que na destruição física dos representantes ou lideranças do bloco nacional-popular. Isso se dá em razão não apenas da hegemonia civil do novo golpe – dirigido por uma articulação entre frações estratégicas e dominantes do poder midiático empresarial, do poder judiciário, do parlamento, e dos aparatos de inteligência e segurança nacional e dos Estados Unidos – mas também da resistência limitada que até aqui as forças nacional-populares conseguiram oferecer a ele. Outro elemento chave da contrainsurgência é a destruição ou subordinação do ordenamento democrático e popular a um novo ordenamento, determinado pela imposição de um governo corporativo do grande capital, que nada mais é que um comitê executivo da grande burguesia. Diferentemente do golpe de 1964, desta vez, o governo corporativo do grande capital se faz sem a presença dos militares em sua direção, vinculando-se de forma muito mais pura aos grandes interesses internacionais. Para isso pretende-se apresentar como uma democracia liberal que leva o presidencialismo de coalizão às últimas consequências – enfraquecendo a democracia participativa e a vinculação entre massas e Presidente da República, transformado este em figura decorativa, mero articulador do balcão de negócios do grande capital em que se transforma o Parlamento –, sem negligenciar a pretensão de introduzir o parlamentarismo.

Todavia o governo corporativo do grande capital precisa manter a democracia liberal sobre controle e para isso reinventa o Estado de 4º poder, que passa a ser controlado por um condomínio de interesses entre parlamento, monopólio midiático e os setores dominantes do aparato jurídico-repressivo. O Estado de 4º poder submete a democracia liberal à censura, restringindo os mecanismos de competição eleitoral e os seus resultados possíveis. Para isso utiliza-se de vários instrumentos como a ameaça ou a efetiva cassação de direitos políticos de lideranças nacionais-populares, a partir de campanha midiática e do arbítrio/seletividade das corporações do poder judiciário, ou a imposição de limites legais seletivos para a realização de políticas públicas e sociais, tal como a PEC 241/2016. Assim, uma das decisões do governo corporativo do grande capital de Michel Temer é impor através de emenda constitucional o congelamento de gastos públicos primários por 20 anos, corrigindo-os apenas pela inflação. Trata-se, no entanto, mais do que

uma decisão que impõe o protagonismo definitivo do rentismo e do capital fictício sobre a acumulação de capital no país, trata-se de uma decisão que impõe barreiras legais ao desenvolvimento de políticas sociais e industriais em caso de vitória das esquerdas em eleições presidenciais. Assim, ao mesmo tempo em que toma esta iniciativa, Michel Temer, após reunião com Fernando Henrique Cardoso, declara publicamente que a lei pode ser flexibilizada nos próximos 4 ou 5 anos se as condições forem adequadas, ou nas palavras de Fernando Henrique, que em entrevista a *O Globo* considera que o “PT deveria se regenerar e se tornar um partido médio, pois com Lula é um perigo nacional”, “se o Brasil melhorar”³.

A nova era de dominação burguesa pretende transformar o estado de exceção e a censura à democracia em um processo permanente, uma vez que as suas principais estruturas de poder são civis e estratégicas e, justamente por isso, não reconhece a existência do Estado de 4º poder, apresentando-o como se fosse uma democracia liberal plena. Neste sentido, ela se articula de forma crescente com o fascismo, não havendo clara descontinuidade entre regimes de contrainsurgência, 4º poder e democracias liberais. Tal era ao subordinar em sua estruturação o poder militar ao mediático, exige mecanismos de controle muito mais socializados e a fabricação de uma cultura irracionalista de intolerância e desprezo à cultura, à educação e à ciência, como mecanismo de prevenção à emancipação nacional-popular. A crise da economia mundial que deve interromper, na segunda década do século XXI, o período longo de crescimento iniciado em 1994, somada à crise de hegemonia do poder atlantista, à finaceirização crescente do Estado brasileiro e às pressões pelo aumento da qualificação dos trabalhadores provocadas pela expansão da revolução científico-técnica devem aprofundar esta necessidade.

Na configuração desta nova era de exceção joga papel destacado Fernando Henrique Cardoso, que através do seu *think tank*, o Instituto Fernando Henrique Cardoso, e da condição de Presidente de honra do PSDB e das relações que acumulou como ex-Presidente da República, é um dos principais organizadores da ofensiva da direita nacional e internacional na América Latina e no Brasil. Fernando Henrique Cardoso joga, na articulação do novo Estado de exceção, papel similar ao desempenhado por Golbery do Couto e Silva no golpe militar de 1964.

Frente a este cenário o que cabe às esquerdas é buscar elementos comuns a partir de sua diversidade para se unificarem numa frente política, cultural e ideológica nacional-popular e antifascista. Trata-se da confrontação entre perspectivas civilizatórias num contexto de eclipse da democracia liberal burguesa. Esta confrontação não se restringe ao espaço nacional, mas se articula com os processos político-ideológicos sul-americanos, particularmente, mas também mundiais. O grande erro do PT foi o de ter abandonado esta perspectiva em nome de resultados eleitorais de curto prazo que se esfumaram ao longo do tempo diante de uma burguesia dependente que, apoiada na superexploração do trabalho e no rentismo, nunca abandonou o golpismo e certos dispositivos do Estado de 4º poder que sucedeu à ditadura militar. Essa é a lição que deve ficar de sua derrota.

NOTAS

¹ A relação entre os conceitos de Estado de contrainsurgência, Estados de 4º poder e democracia neoliberal foi analisada por Ruy Mauro Marini em sua obra, em particular em dois artigos: *El Estado de contrainsurgencia* (1978) e *La lucha por la democracia em América Latina* (1985), este posteriormente revisado e integrado ao seu livro *Dependência e integração na América Latina* (1992). Consultar em <http://www.marini-escritos.unam.mx/>.

² O artigo 5º, 170º, 182º e 184º da Constituição brasileira estabelece que a propriedade deve cumprir sua função social e estabelece as condições para esta seja cumprida no espaço urbano e rural. O artigo 192 da Constituição Brasileira de 1988 limitava as taxas de juros reais em 12% ao ano e nunca foi aplicado, sob o pretexto de que precisava ser regulamentado em decisão do STF, tendo sido revogado por emenda constitucional em 2003. O artigo 220 da mesma constituição estabelece que os meios de comunicação não podem ser objeto direto ou indireto de monopólio.

³ Ver *O Globo* do dia 18 de outubro de 2016: “[Lula foi ‘absorvido pelo clientelismo’, diz Fernando Henrique](#)”.

PARA APROFUNDAR A REFLEXÃO... 5 DICAS DE LEITURA DA BOITEMPO

1. **Ditadura: o que resta da Transição?**

organizado por Milton Pinheiro

2. **Equador: da noite neoliberal à revolução cidadã**

de Rafael Correa

3. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**

de Antonio Carlos Mazzeo

4. **Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira**

organizado por Chico de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek

5. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**

de Carlos Eduardo Martins

Carlos Eduardo Martins é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Programa de Estudos sobre Economia Política Internacional (UFRJ), coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC/UFRJ), coordenador do Grupo de Integração e União Sul-Americana do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). É autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011) e um dos coordenadores da *Latinoamericana: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe* (Prêmio Jabuti de Livro do Ano de Não Ficção em 2007) e co-organizador de *A América Latina e os desafios da globalização* (2009), ambos publicados pela Boitempo. É colaborador do **Blog da Boitempo** quinzenalmente, às segundas.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/20/a-democracia-sob-censura-qolpe-de-estado-nova-era-de-dominacao-burguesa-e-horizontes-da-esquerda-no-brasil/>

A PEC 241 e a blindagem constitucional da hegemonia rentista

"A PEC 241, apelidada carinhosamente de #PecDoFimDoMundo, surge como o maior símbolo de uma inflexão na nova fase do capitalismo dependente brasileiro."

Posted on 25/10/2016 // [2 Comments](#)

Por Rodrigo Castelo.

"A democracia pagou um alto preço pela respeitabilidade: teve de abandonar suas bandeiras igualitárias e libertárias e se tornar uma forma inócua de organização política, cujo funcionamento, longe de transformar a distribuição existente de riqueza e poder em função de um projeto emancipatório, não apenas reproduz como fortalece a desigualdade ao dotá-la de uma nova legitimidade.

Certamente os nomes de 'democracias de baixa intensidade' ou, como dissemos antes, 'plutocracias' ou 'oligarquias' servem bem a essa espécie de insípidos regimes (...)

ATILIO BORON, ARISTÓTELES EM MACONDO [2011], p.53.

No processo de colonização das Américas, mediante a expropriação massiva dos meios de produção e reprodução das civilizações indígenas, Pindorama se tornou Brasil para atender aos interesses das classes dominantes externas. O Estado nacional, na forma da metrópole portuguesa, foi determinante na pilhagem dos recursos naturais e na exploração de índios e negros tornados escravos. O objetivo era alimentar os circuitos da acumulação primitiva do capital que então se desenvolvia em alguns países da Europa Ocidental. Estado e capital andaram juntos na alvorada mundial do modo de produção capitalista, e nunca mais se separaram.

Após a Independência de 1822, o Estado brasileiro atuou vivamente na manutenção de condições gerais para o enriquecimento das classes proprietárias nacionais e internacionais, seja com intervenções na economia seja no uso da coerção contra as distintas revoltas indígenas, quilombolas e populares ao longo do Império. E assim foi em outros períodos históricos: na República Velha com o tratamento da questão social como “questão de polícia” e as intervenções cambiais, monetárias e fiscais para garantir o lucro dos latifundiários; na Era Vargas com a perseguição brutal a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e aos comunistas e o apoio à industrialização centrado na burguesia paulista; na ditadura empresarial-militar de 1964-85 com prisões, torturas, exílio e morte dos seus opositores e a mudança do padrão de acumulação concorrencial para o monopolista, com hegemonia do capital financeiro internacional.

O que mudou, de acordo com a correlação de forças nas lutas de classes nas várias fases do capitalismo dependente, foi a forma pela qual o Estado atuou tanto na garantia das condições gerais da acumulação capitalista quanto no combate às revoltas, motins, greves e revoluções populares. Esta atuação sempre combina coerção e consenso para a manutenção da supremacia burguesa, composta pelas suas distintas frações (comercial, industrial, agrária, financeira, etc.) e suas expressões nacionais e internacionais.

Na transição da ditadura empresarial-militar para a Nova República, foi preciso contemplar, pela via do consenso, algumas demandas históricas da classe trabalhadora, que havia arrancando, com o seu processo de reorganização político-cultural a partir do final dos anos 1970, direitos civis, políticos e sociais. Tais direitos foram consagrados na Constituição Federal de 1988 que, contemplava, ao mesmo tempo, vitórias das classes dominantes a partir da atuação do Centrão e conquistas dos trabalhadores. Neste choque entre as classes, a Constituição foi chamada de cidadã para celebrar as significativas e parciais vitórias das classes subalternas, mas nela também estavam contidos antigos privilégios das classes dominantes, acrescidos de novos. E mesmo alguns direitos sociais inscritos na lei máxima do país nunca saíram do papel ou, quando foram efetivados em políticas sociais – com destaque para a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) –, ficaram limitados pela coerção gerenciada pela política econômica neoliberal dos anos 1990 em diante.

Na era neoliberal, instaurada a partir do governo Collor e aprofundada nos governos FHC, Lula e Dilma – com diferenças que merecem as devidas mediações teóricas e políticas –, o Estado nacional continuou a serviço dos interesses das classes dominantes, hegemonizados pelos interesses das frações rentistas da burguesia. O Estado não se tornou mínimo, a não ser na retórica de ufanistas neoliberais. Na prática, a acumulação capitalista contou decisivamente com a atuação direta e indireta do Estado: a privatização dos ativos públicos com financiamento estatal, a política monetária de juros altos, a liberalização das contas internacionais, a expropriação tributária dos salários que alimenta mais da metade do fundo público, a política fiscal direcionadora do fundo público para os

fundos privados bilionários dos detentores dos títulos da dívida pública, a retirada de direitos sociais e etc.

O golpe de 2016 no Brasil é, talvez, o capítulo mais dramático do neoliberalismo. Inscrito numa conjuntura internacional de crise orgânica do capitalismo, que alia crise econômica e crise de hegemonia – com aumento brutal da coerção estatal e de grupos paraestatais exercida contra a classe trabalhadora, ganhando ares neofascistas –, o golpe legislativo-midiático-judiciário leva o vice-presidente Temer ao posto máximo do Executivo. A sua função histórica é retomar, a qualquer custo, as taxas de lucro declinantes no país e de apassivar os crescentes rompantes de rebeldia popular (greves operárias e de servidores públicos, ocupações estudantis, urbanas e rurais, levantes indígenas, as lutas dos movimentos feminista, negro e LGBT). Para isto, Temer reabilita figuras típicas do rentismo burguês, que recentemente ocuparam postos-chave por anos a fio nos aparelhos coercitivos estatal de expropriação e exploração (Banco Central, Receita Federal, BNDES, Ministérios da Fazenda e do Planejamento, empresas e bancos estatais), e monta uma camarilha financeira para determinar as diretrizes centrais da política econômica.

A hegemonia das frações rentistas no bloco de poder dominante não é uma novidade histórica do governo golpista de Temer. Esta foi a tônica na era neoliberal em todos os governos desde FHC, como atestam os balanços patrimoniais dos grandes conglomerados capitalistas internacionais e nacionais e as principais medidas da política econômica nos últimos vinte anos. Estamos, portanto, não diante de uma restauração neoliberal com o golpe, mas sim de uma nova etapa do neoliberalismo, a mais radical no sentido de atacar direitos sociais que nem mesmo os governos anteriores (PSDB e PT) conseguiram levar a cabo ou mesmo colocaram em pauta.

Colocou-se em movimento uma ofensiva conservadora de nova rodada de privatizações e concessões públicas e a retirada de direitos sociais conquistados ao longo de todo o século XX, tendo como alvo prioritário a Constituição Federal. Um conjunto de medidas – aumento da jornada de trabalho, retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, contrarreformas dos ensinos médio e superior – é apresentado pelo Executivo e Legislativo sem apoio popular, mas com respaldo dos oligopólios de comunicação, das altas esferas do Judiciário e dos setores mais reacionários da classe média.

Medidas similares foram implementadas anteriormente, mas não na velocidade e intensidade das apresentadas no governo golpista. Temos, assim, mudanças quantitativas e qualitativas no projeto neoliberal. A PEC 241, apelidada carinhosamente de #PecDoFimDoMundo, surge como o maior símbolo desta inflexão na nova fase do capitalismo dependente brasileiro. Por quê?

A PEC 241 não é um raio em céu azul de brigadeiro. Antes dela, o país passou por um contínuo ajuste fiscal desde os acordos assinados por Fernando Henrique Cardoso com o Fundo Monetário Internacional em 1998, garantido o *superávit* primário como um dos pilares do tripé da política econômica neoliberal (os outros dois são a meta inflacionária e o câmbio flutuante). De 1994 para cá, um conjunto de leis foi escrito pelas classes dominantes no parlamento nacional para construir a base jurídica do Plano Real, uma das âncoras do projeto neoliberal. Basta lembrarmos da Desvinculação de Receitas da União (criada como Fundo Social de Emergência, depois Fundo de Estabilização Fiscal), que recentemente aumentou de 20 para 30%, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), fortalecendo a orientação do gasto público para o pagamento maciço da dívida interna.

Em poucas palavras, com esta nova legislação o governo define como prioridade o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Este novo padrão de gastos públicos, que enfraquece os mecanismos constitucionais de alocação de recursos para as políticas sociais, foi garantido pela correlação de forças favorável às classes dominantes. Ou seja, havia margens na disputa pelo fundo público, pois havia a possibilidade de crescimento dos gastos com políticas sociais e anticíclicas, mesmo que limitada pela nova

legislação neoliberal e a sujeição dos sucessivos governos ao projeto das classes dominantes.

Hoje, caso a PEC 241 seja aprovada, a margem de disputa do fundo público em favor do trabalho será nula! Os gastos com as políticas sociais ficarão congelados em termos reais pelos próximos vinte anos, só podendo ser reajustados nominalmente de acordo com o índice inflacionário do ano anterior, desconsiderando as taxas de crescimento econômico e as demográficas. A expropriação do fundo público em favor dos grandes conglomerados do capital financeiro financeirizado chegará a um patamar superior.

Para termos uma noção estimada dos impactos da PEC 241 nas políticas sociais caso ela estivesse em vigor no período de 2002 a 2015, vale recorrermos a uma nota técnica elaborada pelo Dieese.* De acordo com o texto do Departamento, “no caso da educação, com a nova regra, a redução seria de 47%, no período. Já em relação às despesas com saúde, a redução seria de 27%. Em relação ao montante de recursos, a perda na saúde, entre 2002 e 2015, teria sido de R\$ 295,9 bilhões e, na educação, de R\$ 377,7 bilhões.”. No total, estamos falando de R\$ 673,6 bilhões expropriados das políticas sociais e apropriados pelos donos da dívida pública interna.

Com a PEC 241, a mudança de padrão do gasto público será garantida constitucionalmente, numa espécie de transformismo do constitucionalismo do *socialismo del siglo XXI*. Recentemente, Venezuela, Bolívia e Equador, a partir de lutas contra a dependência externa e interna, conseguiram incorporar direitos sociais às políticas de Estado por meio de reformas constitucionais e uma série de referendos populares. No Brasil, estamos na via contrária, na qual as classes dominantes alteram a Constituição para destruir direitos sociais e consagrar a plutocracia burguesa, tornando os espaços democráticos meros simulacros da política.

O fundo público e os aparelhos estatais de política econômica – aqui intitulados de aparelhos coercitivos de expropriação e exploração – são, assim, blindados de acordo com a hegemonia rentista dentro do bloco de poder dominante. Os limitados espaços de decisão democrática no Legislativo, por exemplo, são tornados irrelevantes sem serem destruídos. Mantém-se a aparência de legalidade e democracia das decisões governamentais quando, no fundo, o poder está altamente concentrado nas mãos dos bilionários e fora do alcance institucional das classes subalternas. O golpe segue, aparentemente, os ritos da Casa do Povo sob a condução do Supremo Tribunal Federal e o poder central é reafirmado no Executivo.

Dentre os Três Poderes, o Executivo se torna um *bunker* tecnocrático respaldado na Constituição, via PEC 241, por exemplo, para operar métodos intensificados de exploração da classe trabalhadora e expropriação de seus direitos sociais e seus meios de produção ainda disponíveis na forma pública (terras, água, florestas, subsolo, etc.). O Estado amplia os seus aparatos coercitivos policiais, legislativos e econômicos e maximiza a sua força na captura da riqueza nacional para benefício de muito poucos, e a lei tendencial de concentração e centralização de capital nas mãos dos grandes conglomerados econômicos se reafirma na atualidade do capitalismo dependente brasileiro.

Com o avanço da ofensiva conservadora das classes dominantes, os subalternos devem ousar construir o poder popular, com ocupações, mobilizações, paralisações e greves gerais. Somente desta maneira poderemos sair da defensiva e pautar um projeto autônomo de classe, que lute não somente contra os ataques mais agudos do neoliberalismo, mas também do imperialismo e do capitalismo dependente na sua atual fase.

* DIEESE. *PEC 241 nº 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos*. Nota técnica n.161, setembro de 2016. Disponível [aqui](#). Acesso em 23 de out. 2016.

Rodrigo Castelo é Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), membro do Grupo de Trabalho (GT) Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e presidente (2015-2017) da Adunirio, seção sindical do Andes-SN na Unirio. É um dos autores do dossiê “Que desenvolvimentismo?” do número #23 da revista da Boitempo, a *Margem Esquerda*. Colabora com o **Blog da Boitempo** especialmente para o dossiê “Não à PEC 241”.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/25/a-pec-241-e-a-blindagem-constitucional-da-hegemonia-rentista/>